



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM



**DA DITADURA AO EXÍLIO: IDENTIDADE EM *TROPICAL SOL DA*
*LIBERDADE***

APARECIDA DE FÁTIMA DOS REIS PRADO

CATALÃO/GO
FEVEREIRO/2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

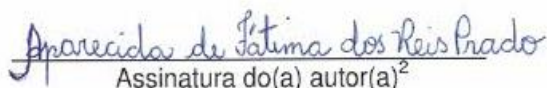
Nome completo do autor: Aparecida de Fátima dos Reis Prado

Título do trabalho: Da Ditadura ao Exílio: Identidade em *Tropical sol da liberdade*

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 23 / 02 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

APARECIDA DE FÁTIMA DOS REIS PRADO

**DA DITADURA AO EXÍLIO: IDENTIDADE EM *TROPICAL SOL DA
LIBERDADE***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da UAELL - Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.
Linha de Pesquisa: Literatura, Memória e Identidade.
Orientador: Prof. Dr. João Batista Cardoso.

CATALÃO/GO
FEVEREIRO/2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Prado, Aparecida de Fátima dos Reis
Da Ditadura ao Exílio: Identidade em Tropical sol da Liberdade
[manuscrito] / Aparecida de Fátima dos Reis Prado. - 2018. LXXV, 75
f.

Orientador: Prof. João Batista Cardoso.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2018.
Bibliografia.

1. Ditadura. 2. Exílio. 3. Identidade. I. Cardoso, João Batista , orient. II. Título.

CDU 82



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* – MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO.

Defesa: nº 81/2017

Às quatorze horas do dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezoito, no Laboratório Multimídias, Bloco E, Sala 04, Campus I da UFG – Regional Catalão, reuniu-se a Banca Examinadora designada pela Coordenadoria do Mestrado em Estudos da Linguagem, composta pelas docentes: Prof. Dr. João Batista Cardoso [Orientador], da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC; Prof. Dr. Ulysses Rocha Filho, da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC; Profa. Dra. Maria Imaculada Cavalcante, da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC, para proceder à Defesa Pública de Dissertação intitulada “DA DITADURA AO EXÍLIO: IDENTIDADE EM *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*”, de autoria da mestranda **Aparecida de Fátima dos Reis Prado**, matrícula 2016100441. Iniciando os trabalhos, o Presidente da sessão apresentou a Banca e a candidata ao título de Mestre. Em seguida, agradeceu a presença do público e passou a palavra à mestranda para a apresentação do trabalho. A seguir, o Presidente concedeu a palavra aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. A duração da apresentação discente e a arguição dos examinadores aconteceram conforme regulamento do Programa. Ao término da arguição, a Banca Examinadora se reuniu em sessão secreta para atribuir os conceitos finais da Dissertação. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata: aprovada, estando apta a fazer jus ao Título de Mestre em Estudos da Linguagem. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela discente. Regional Catalão, UFG, aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito. Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O diploma correspondente será emitido após cumprimento dos demais trâmites, conforme normas do Programa e legislação da Universidade Federal de Goiás, especialmente o Artigo 62 da Resolução CEPEC 1403/2016.

Banca Examinadora:

<u>João Batista Cardoso</u> Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG/RC) – Orientador	Parecer: <input checked="" type="checkbox"/> Aprovada () Reprovada
<u>Ulysses Rocha Filho.</u> Prof. Dr. Ulysses Rocha Filho (UFG/RC)	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovada () Reprovada
<u>Imaculada</u> Profa. Dra. Maria Imaculada Cavalcante (UFG/RC)	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovada () Reprovada

Discente:

Aparecida de Fátima dos Reis Prado: Aparecida de Fátima dos Reis Prado

Observações (se for o caso):

Visto:

Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão



Prof. Dr. Fabiola A. Sartin D. P. Almeida
Coord. Mestrado em Estudos da Linguagem
UFG / RC
Portaria D O U 6171/17

AGRADECIMENTOS

Agradeço de modo especial a Deus pela minha Vida, inteligência e conhecimento ao longo dos anos de estudo e pesquisa.

Aos meus queridos Pais: José e Helena, pelo amor, carinho, compreensão de minhas ausências e confiança.

A Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão – que desde a Graduação em Letras Português construímos nossa História que se estendeu no Curso de Especialização em Letras – Leitura e Ensino e se ampliou para o Mestrado, agradeço ao Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem e a todos os Professores.

Sempre grata ao Professor Doutor e Orientador: João Batista Cardoso, pelo empenho, dedicação, constante apoio e competência nas orientações para o desenvolvimento e conclusão de minha pesquisa. Grata pela confiança e amizade.

Aos Professores da Banca de Exame de Qualificação e Defesa da Dissertação: Prof. Dra. Maria Imaculada Cavalcante e Prof. Dr. Ulysses Rocha Filho, obrigada pelas leituras e contribuições para a conclusão da pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu esposo Celso Willian, pelo amor, carinho, constante apoio, dedicação e incentivo.

A toda minha família meus irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, aos sobrinhos e sobrinhas, pelo grande amor, carinho, apoio e motivação. De modo especial agradeço a minha querida irmã Maria José dos Reis, que como uma estrela no céu a brilhar, me iluminou ao longo desta caminhada. Agradeço a família do meu esposo pelo apoio e incentivo.

Agradeço a SEDUCE - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás e ao SINTEGO pela concessão da Licença para Aprimoramento Profissional para a realização do Mestrado em Estudos da Linguagem. Grata ao Grupo Gestor do CEDE, Colégio Estadual Dom Emanuel, especialmente a Diretora Suely de Fátima, aos colegas e professores e aos demais funcionários, obrigada pelo carinho e compreensão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I: EXÍLIO E IDENTIDADE NA OBRA LITERÁRIA: <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i>	17
CAPÍTULO II: EXÍLIO — UMA VISÃO DA DIÁSPORA NA OBRA LITERÁRIA: <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i>	30
CAPÍTULO III: EXPERIÊNCIA SUBJETIVA COM A HISTÓRIA, POR MEIO DO EXÍLIO EM <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i>	46
CAPÍTULO IV: <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i> : A HISTÓRIA QUE SE TORNA MITO	57
CAPÍTULO V: DIÁSPORA, TRAVESSIA E DOR NA SAGA DO EXILADO	64
CAPÍTULO VI: À GUIA DA CONCLUSÃO: A HISTÓRIA QUE SE FAZ FICÇÃO EM <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i>	72
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa contempla a ficcionalização da História, corporificada na ditadura militar de 1964 que foi transformada em Ficção na obra *Tropical sol da liberdade* (2012), de Ana Maria Machado. Pode-se dizer que essa obra contempla a interação entre ficção e história. Enquanto história não passa de uma triste crônica dos acontecimentos que tiveram início em 1964 e terminaram em 1985. Sua transposição para literatura ficcional se dá a partir do momento em que deixa de ser contada como fato documentado de um período e passa a sê-lo a partir do momento em que a sequência de acontecimentos é vista na perspectiva de seus efeitos sobre a sensibilidade da autora. São esses efeitos que se tornam objeto de estudo nesta pesquisa, pois seu tema é literatura e não história.

Os efeitos da ditadura têm duas tomadas de posição quando se considera sua influência sobre as pessoas. Enquanto história todos sofreram igualmente os rigores do regime então implantado, enquanto ficção remete ao fato de que cada indivíduo teve uma impressão diferenciada e foi essa impressão que, devidamente refletida, adentrou as páginas daquele tipo de obra que, sendo ficção, parece história. Há, de um lado, indivíduos e comunidades que aceitaram viver passivamente sob o novo regime, por outro, os que não aceitaram e se rebelaram contra o regime; entretanto, inúmeras pessoas passaram a lutar pelo retorno à normalidade democrática, tentando retomar a liberdade perdida. Seja na prisão, seja por meio da fuga para outros países, essas pessoas produziram relatos que dão conta de sua memória pessoal relativa ao quadro político vigente. Nesse caso, encontramos os exilados, cuja experiência promoveu traços existenciais com tal qualidade que moveu ou fez girar, de modo rápido, sua identidade.

Conforme relatam os livros que tematizam a história do Brasil, tais como *1964: golpe ou contragolpe?*, de Maria C. R. Carneiro; *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, de Rene A. Dreifuss; *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*, de Phyllis R. Parker e a obra *1968: eles só queriam mudar o mundo*, de Ernesto Soto. São livros que mostram o momento de exceção vivido pelo país no final do século passado. Esses momentos têm uma densidade que se faz sentir de modo mais contundente, no âmbito do indivíduo, quando este se vê obrigado a viver longe de sua pátria, quando várias personalidades do meio político, jornalístico, literário e artístico deixaram a terra ancestral para se refugiarem

em outros países como forma de sobrevivência. Essa alternativa e seus condicionantes sociais, ideológicos e políticos tiveram ampla participação na desconstrução e na reconstrução de nova identidade para grupos, indivíduos e, quiçá para o país.

O termo “identidade” aparece nesta pesquisa como uma travessia na trajetória existencial do indivíduo que foi exilado. Trata-se, portanto, da identidade do exilado. Esta abordagem sobre a identidade será fundamentada, nesta pesquisa, sob as perspectivas teóricas de Bauman (2005), Bonfim (2002), Castells (1999), Costa (1980), Gruzinski (2001), Hall (2015), Silva (2009), Polar (2000) e Woodward (2009).

A identidade é um processo dinâmico, pois este processo é permanente, sempre em construção, especificamente, a identidade do exilado, que se vê lançado de chofre em meio a novos costumes, nova língua, religião e hábitos.

Dentre as personalidades que sofreram perseguição e tiveram que deixar o Brasil, encontra-se Ana Maria Machado: uma Autora

que se popularizou escrevendo para crianças. Hoje, é integrante da Academia Brasileira de Letras. Foi presa e exilada no período da ditadura, época em que fez seu doutorado em Sorbonne (França), sob a orientação de Roland Barthes. Pintora, depois jornalista e professora universitária, a autora recebeu inúmeros prêmios, tais como, Jabuti, Machado de Assis, Hans Cristian Andersen, Casa de las Américas (ZINANE, 2010, p. 28).

Nessa obra ela narra a experiência que viveu fora do país. O valor estético da obra e seu impacto nas letras nacionais a tornaram digna de figurar como *corpus* desta pesquisa.

Zinane (2010) afirma que a obra *Tropical sol da liberdade* foi publicada em 1988 logo após o fim da ditadura; ano, aliás, que coincide com a promulgação da nova Constituição do Brasil. Uma constituição que resgatou os direitos dos cidadãos e o retorno à normalidade democrática. Ainda, de acordo com Zinane,

Tropical sol da liberdade foi inspirada nas experiências de exílio da autora na França. A personagem Lena é uma jornalista que pretende escrever uma peça de teatro sobre a ditadura, como forma de registrar os acontecimentos que ocorreram na época, enquanto ainda há testemunhas. A jovem está com uma séria disfunção orgânica e com dificuldades de relacionamento com o marido. Assim, a estada na casa de sua mãe, à beira da praia, possibilita-lhe a realização de uma viagem ao seu interior e a tentativa de equacionamento de seus problemas. Essa volta no tempo traz as agruras enfrentadas na redação do jornal devido à censura, a lembrança dos colegas e amigos que

foram presos, torturados e, por fim, mortos, as dificuldades no exílio, devido à mesquinhez dos próprios militantes. Trata-se de uma obra memorialista, cuja personagem, ao elaborar a história de sua vida à qual a ditadura está, irremediavelmente, imbricada, consegue de certa forma, libertar-se, o que é simbolizado pela redução dos medicamentos que utiliza para não cair, e pela tentativa de reconstruir a sua vida, representada pela ida ao aeroporto, signo do retorno ao lar (ZINANE, 2010, p. 28-29).

A experiência vivida pela autora e narrada em *Tropical sol da liberdade*, na voz da personagem Lena tipifica, no âmbito da ficção, o impacto da vida longe da pátria sobre a identidade dos atores sociais que sofreram os efeitos do governo militar. Personagem típico é aquele que não representa a si mesmo e sim à coletividade. Um personagem típico pode ser, na obra, a representação da usura, ou do materialismo, ou do egoísmo; ou seja é típico o personagem cujas qualidades são voltadas a certo aspecto que o identificam. Em *Tropical sol da liberdade*, Lena, por exemplo, não vale por si mesma, por ser uma personagem que foi para o exílio. Suas qualidades a identificam como tal. Ela é típica porque reúne na própria saga, ou fuga, as qualidades de todos que vão para o exílio; portanto, ela não tem importância por ser Lena, mas por ser "exilada". Ela representa a todos os exilados, é por isso que é típica.

Tais atores tiveram, na obra, uma representação significativa coerente com sua função social, como a personagem Lena que é jornalista, Honório o namorado, Antônio e Maria casal de amigos; sua Mãe, Amália, seu irmão Marcelo, líder estudantil, Teresa irmã de Lena, todos estes personagens representam a vida e o sofrimento que marcaram inúmeras personalidades da vida social e política, no âmbito da concretude da existência. São, no entanto, entes fictícios na realidade da obra citada.

Na obra em estudo, a personagem principal e narradora é apresentada no decorrer do enredo da narrativa, ora, como Helena e ora, como Lena. Em nossa pesquisa nos referendamos a personagem Lena.

Lena é uma personagem de visão idealista. Ela pressupõe, em sua existência, a necessidade de batalhar em prol de um mundo melhor. Sua formação é latina, sua língua de base é a portuguesa e sua religião é cristã. Sendo assim, ela representa, em sua saga existencial, os aspectos culturais que marcam a formação brasileira em sua dinâmica histórica. Lena é, portanto, uma figura típica em cuja trajetória se percebe os sinais da identidade brasileira. Em certo momento de sua vida, Lena entra em choque com uma organização política que cerceia as liberdades individuais. Ela luta contra essa organização designada como Ditadura. Para recuperar e manter sua dignidade, a

personagem em questão exila-se na Europa. Em sua saída do Brasil, ela não deixa para trás a formação cultural que constitui sua identidade, essa formação segue com ela.

No exílio, Lena passa, então, a falar de dois lugares, de duas línguas, de duas realidades, isto é, a personagem se torna identitariamente híbrida, porque adiciona à sua identidade de origem a outra que encontra na França. O processo de transformação identitária porque passa a personagem representa processo similar de qualquer indivíduo, pois a identidade é dinâmica: modifica-se com o tempo.

Ana Maria Machado, em *Tropical sol da liberdade*, constrói a narrativa empregando um fato coletivo — a ditadura — para destacar personalidades individuais. Estas, assim destacadas, transformam-se em figuras típicas cuja saga pelo mundo em busca de refúgio ressignifica e modeliza a dor de todos os que, tendo sofrido drama semelhante, não encontram-se representados na obra.

A necessidade de deixar a pátria é uma situação limite na vida de qualquer pessoa, pois o exilado deixa para trás suas experiências, sua história, seus costumes, amigos, familiares, o clima de sua terra e a própria terra em que viveu. Deixa também seus bens espirituais como sua música e sua cultura, além de se ver obrigado a buscar outros lugares onde tentará, sob a revolta da situação, em meio à saudade e à vontade de reconstrução da própria existência, construir novas experiências, assimilar novos costumes, aprender outra língua e buscar os meandros de outra cultura. Sendo assim, temos a sucessão de três pessoas a partir de uma só: uma, enquanto ainda está no próprio país; outra, durante o processo e exílio e, por último, a pessoa final que surge quando se retorna para a terra de origem. Mas essas três falam de duas experiências que se somam: a que ficou e a que se encontrou. Por último, essas duas experiências se fundem numa só e produzem identidade híbrida.

É por isso que discutimos sobre a desconstrução e reconstrução da identidade e realizamos este trabalho para mostrar como a literatura é um meio para demonstrar esse aspecto. É essa, aliás, uma das funções da literatura. Podemos esperar que, por meio do texto literário, tomemos posse, conceitualmente, das características de dada sociedade, no que ela tem de mais essencial. De todo modo, a literatura reconstitui o mundo sobre os esteios do mito. Portanto, a literatura é instrumento de aprendizagem que ao longo do tempo, foi adquirindo outras funções. De resto, na própria noção de poesia como imitação (Aristóteles), encontramos a fundamentação para indicar que os textos poéticos são meios para se apropriar da realidade imitada. Ora, dessa realidade, faz parte a identidade que é, no âmbito da obra em estudo, desconstruída na partida. Depois disso,

temos a reconstrução pela assimilação de uma nova cultura. Assim, a experiência do indivíduo exilado é o intermeio, o espaço medial, onde o personagem busca lapidar outra forma de existência sem abandonar seu passado.

As assertivas levantadas até o momento autorizam-nos a afirmar que o tema do exílio é difícil e complexo. Esta afirmação que de há muito nos incomoda, tem a concordância de Cruz (1999, p. 45), quando esta afirma que “o pesquisador do exílio’ logo se depara com as dificuldades e complexidades do seu tema”. De acordo com ela, para compreender esse tema “em sua amplitude e riqueza —, é preciso recorrer a diversas áreas de sensibilidade e conhecimento: história, sociologia, antropologia, ciência política, literatura, psicologia” (CRUZ, 1999, p. 45). Nesse sentido, estamos diante de um tema amplo que, além disso, abrange diferentes áreas do conhecimento.

Esses aspectos estão adensados na presente pesquisa, cujo escopo é mostrar a ditadura no Brasil em sua condição de tema imigrante para a obra literária e seus elementos conexos, como o impacto individual que ocorre como substrato da necessidade que os personagens contrários ao sistema ditatorial têm de deixar a própria terra, haja vista que cada indivíduo exilado viveu essa experiência à sua maneira; a ditadura é um fato coletivo, enquanto a experiência do exilado são os efeitos sobre o indivíduo, aparecendo, dessa forma, como aspecto individual de uma gesta comunitária e como tal se torna mito no texto literário.

Nesta pesquisa, o ponto norteador é, portanto, a análise de como a vida em terras alheias influencia o processo de construção da identidade de determinado indivíduo. Quando problematizamos a questão para vislumbrar os aspectos centrais do ponto de chegada de nosso estudo, encontramos algumas perguntas que reduzimos a duas, por entender que contêm todos os aspectos levantados no problema de pesquisa; como o fato histórico se qualifica em sua interface com a ditadura? Os elementos geopolíticos, a dor moral e a saudade dos ancestrais podem interferir na construção da identidade? Para responder a estas perguntas recorreremos a alguns pesquisadores, com destaque para Kathryn Woodward (2009). A autora referencia aos estudos de Hall (1997), *O conceito de identidade*. Para Woodward, Hall explica que este conceito deve ser examinado a partir do modo como este conceito “se insere no ‘circuito da cultura’ bem como a identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre a representação” (WOODWARD, 2009, p. 16). Finalmente, perguntamos como podemos identificar e analisar esses aspectos e conceitos no *corpus* em questão?

A seleção de *Tropical sol da liberdade* como *corpus* literário se deu por se tratar de obra cujas qualidades temáticas e formais possibilitam verificar a intersemiose entre história e literatura. A leitura dessa obra nos levou a perceber que, mesmo não tendo a obra propósito historiográfico, contribui para o entendimento do problema posto em questão.

Ambas as ações humanas, aquela que resulta na historiografia e a que culmina na obra literária, têm mais pontos em comum do que parece. Esses pontos em comum podem ser demarcados pelo simples fato de que ambas trabalham com o homem, variando o grau com que uma delas persegue a verdade e a forma como a outra adentra os limites da sensibilidade e, nesse limite, constrói sua noção de homem.

Acreditamos que esta discussão contribuirá para enriquecer o universo dos estudos literários, na medida há considerável pesquisas sobre o assunto que indicam a influência da expatriação sobre a identidade de sujeitos individuais e o espraiamento dessa condição sobre a comunidade, a partir da comunicação que, necessariamente, ocorre entre indivíduos e seu meio social. Pretendemos, enfim, ampliar as abordagens acerca da relação entre história e ficção, na literatura brasileira contemporânea, acrescentando novos dados e trazendo ao lume novas questões, de modo a criar mais fontes de pesquisa.

Outro elemento de suma relevância aos estudos literários é a visão mítica que a autora propõe na construção da obra, quando utiliza elementos da vida real e os migram para a obra, representados pelos personagens, fatos, situações, em determinados tempos e espaços, elementos estes que compõem o enredo da narrativa. E, dessa maneira, a autora retrata a História através da Memória e o resultado é uma visão mítica do regime ditatorial. Essa visão só é apresentada porque se torna ficção. Assim, ao discutir o tema da ditadura a partir da História e da Ficção, esta pesquisa proporciona aos estudos literários mais uma maneira de pensar, refletir e ampliar as questões que são problematizadas a respeito do governo militar, que é um tema amplo e que proporciona distintas leituras e interpretações.

Sempre houve em todo o mundo a questão da exploração do homem e da terra. Com o surgimento das novas ideologias do século XIX, abriu-se mais um campo para a arte, o da arte que combate, da arte que serve, ao mesmo tempo, para clamar por um novo estado de coisas — por um mundo melhor. Na medida em que esse fenômeno é universal, cada espaço geopolítico da América Latina, com seus problemas e suas soluções, constitui *corpus* local para responder a um problema universal. Ao tratar dessa

questão, o presente estudo poderá enriquecer o conjunto das pesquisas já realizadas e daquelas que seguem paralelamente, bem como oferecerá subsídios para futuros estudos similares.

Além dos aspectos apontados, espera-se, com esta pesquisa, leve ao leitor o entendimento apenas de uma época determinada da história do Brasil, enfatizando seus momentos de tensão, quando viveu sob os rigores do governo militar, particularmente, o regime militar a partir de 1964, abrindo, assim, a possibilidade de chegar a conclusões que expliquem a simbiose entre história e ficção.

Esperamos, ainda, esclarecer como a vida longe da pátria é uma situação limite na existência de qualquer pessoa, quando o exilado deixa para trás suas experiências, sua história, seus costumes, amigos, familiares, sua cultura etc., vendo-se, conseqüentemente, obrigado a partir para um lugar distante, onde tentará encontrar novos sentidos para sua existência.

Nosso esforço de pesquisa se direcionará, pois, para a compreensão da experiência do exilado como estado da vida que interfere, como elemento mediador, na desconstrução e reconstrução da identidade. Afinal, o romance é um gênero textual em que “as personagens procuram mudar de condição, *subir na vida* e, às vezes, transformar o mundo” (REUTER, 2004, p. 16. Grifo do autor). Tomamos a liberdade de completar o pensamento de Reuter, afirmando que o romance, além de ser um espaço discursivo em que o indivíduo se mostra em toda sua grandeza e mesquinhez, é também o meio para relatos de estados mediais como a opressão sofrida pelos mais fracos, ao mesmo tempo em que se apresenta como esteio de enfrentamento. Na obra de Ana Maria Machado, o relato de quando a personagem Lena esteve exilada não é apenas o testemunho de uma situação individual, mas um meio de mostrar que o país precisava encontrar novos rumos de desenvolvimento em que o elemento social pudesse encontrar meios para a inserção do homem num contexto de humanização.

A ditadura é um fato histórico e, como tal, atinge a toda a coletividade, mas cada indivíduo reage a sua maneira a esse fato e o transforma em memória; esta é um elemento individual, sendo que a literatura resulta de uma decisão subjetiva de interpretação ou exposição do mundo da forma como o autor pretender, portanto, a história penetra na obra literária não como o faz na historiografia, mas como memória pessoal deixada na subjetividade pelo fato guardado nos anais e documentado. Por conseguinte, intentamos descrever a construção da memória a partir de uma experiência subjetiva com a história, por meio da ação dos personagens de *Tropical sol da liberdade*

e do impacto da expatriação sobre eles e suas identidades. De certa maneira, esses personagens ressignificarão em suas experiências os efeitos que o fato histórico em tela produziu na coletividade em geral. São, portanto, personagens típicos.

É pelas razões expostas que identificamos a saga dos personagens da obra em questão como uma diáspora coletiva dos perseguidos do governo autoritário em busca de sobrevivência e da dignidade possível no âmbito do indivíduo exilado, estabelecendo interfaces entre a ruptura das estratégias de sobrevivência e a desconstrução e reconstrução (ou para sermos mais precisos e fiéis ao dinamismo do processo, podemos fazer referência) à (des)construção e (re)construção da identidade de sujeitos e comunidades, a fim de apontar os elementos que constituem, em seu conjunto, a identidade cultural e a relação entre os sujeitos individuais e a identidade coletiva. Com isso, culminaremos na demonstração das causas que produzem a identidade como um estado em permanente (des)(re)construção.

CAPÍTULO I

IDENTIDADE — UMA QUESTÃO EXISTENCIAL NA OBRA LITERÁRIA: *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Nesta pesquisa, analisamos as influências do exílio sobre o processo de construção da identidade, pois, antes de deixar seu país de origem, o exilado constituía-se de uma identidade, formada pelo seu convívio social, familiar, geográfico, cultural etc. Depois de se instalar em um país estrangeiro, aos poucos, ele se relaciona com as realidades desse novo e estranho lugar, sem que ocorra um apagamento das experiências que ficaram para trás, haja vista que essas experiências fazem parte de sua história individual e se constituem parte de sua personalidade. Dessa forma, esses contatos com o novo lugar redundarão em transformações e influências em sua identidade, porque este é um processo em permanente desconstrução e reconstrução.

Em *Tropical sol da liberdade*, a personagem Lena narra a saga do exílio que viveu em Paris, quando foi obrigada a deixar sua terra natal no tempo da ditadura. Expõe os efeitos desta experiência e também como a vida em terras estrangeiras influenciou no aspecto processual de sua identidade em devir.

De acordo com Castells (1999, p. 22), “Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Em adendo, acrescentamos que a identidade é aquele conjunto de características e valores de nossas origens advindas das experiências que construímos ao longo de nossa vida e que nos identificam. Na opinião do pesquisador citado no início do presente parágrafo,

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p. 23).

A identidade, portanto, é um processo de construção, um devir que se origina de campos humanos, científicos e institucionais. Estes campos são elaborados pelos indivíduos, grupos sociais, que organizam e reorganizam sua significação de acordo com as vertentes sociais e propostas culturais alicerçadas em sua estrutura societária. Nesse sentido, estas vertentes sociais são responsáveis pela produção dos significados

das identidades, elas não são totalmente fixas e estáticas, mas estão, ao longo dos tempos, em constantes alterações, por influências de elementos que remetem à história, geografia, biologia, memória coletiva e fantasias pessoais.

Bauman (2005) compartilha essa mesma concepção de identidade, quando afirma que elas não são fixas, são processos em construção; ou seja, as “identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, [...]” (BAUMAN, 2005, p. 19).

Em *Tropical sol da liberdade*, a personagem Lena se encaixa nesta abordagem de Bauman (2005) quando é obrigada a deixar seu país de origem e viver em terras estranhas: em Paris, onde se exilou por razões e imposições do contexto político e social da ditadura. Ao residir em outro país, sua identidade foi, então, paulatinamente, influenciada pelo contexto social do lugar que a acolheu e onde passou a viver. Um lugar que, de início, foi qualificado por ela como estranho e diferente. Desse modo, Lena se depara com outras realidades que irão acompanhá-la e revitaliza a sua identidade.

Em relação aos sistemas que representam as identidades, Woodward (2009, p. 17) assevera que “A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”. Segundo a autora, “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos” (WOORDWARD, 2009, p. 17). Em sua opinião, ainda “Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar”. (WOORDWARD, 2009, p. 17). Nessa perspectiva, a representação é

compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOORDWARD, 2009, p. 17).

De acordo com Serge Gruzinski (2001, p. 53), “cada criatura é dotada de uma série de identidades, ou provida de referências mais ou menos estáveis, que ela ativa sucessivamente ou simultaneamente, dependendo dos contextos”. Para ele, “socialmente, o indivíduo não para de enfrentar uma plêiade de interlocutores, eles mesmos dotados de identidades plurais. Configuração de geometria variável ou de

eclipse, a identidade define-se sempre, pois, a partir de relações e interações múltiplas” (GRUZINSKI, 2001, p. 53). Entre a multiplicidade de caracteres há sempre aqueles que dominam, mas essa dominância é condicionada pela situação apresentada em cada momento existencial do indivíduo ou da comunidade. Entendemos que essa ativação da identidade em contextos culturalmente antagônicos pode se anular quando as condições de sobrevivência pauperizam a vida até os limites que transcendem a dignidade, onde não há mais identidade possível. Isto é, “a pergunta ‘quem sou?’ nunca chegue a formular-se independentemente de outra: ‘a que mundo pertença?’” (POLAR, 2000, p. 139). Depois de Polar, Manuel Bonfim apresenta conclusão semelhante, em referência a âmbitos mais amplos que a individualidade, quando dizia que “para estudar convenientemente um grupo social — uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar, não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes” (BONFIM, 2002, p. 644). O entendimento da abordagem de Polar ampliada por Bonfim é aspecto fundamental para a plena apreensão de inúmeros temas que esta pesquisa explora.

A representação da identidade é carregada pelo poder que determina e faz seleção dos significados, sendo que alguns são considerados como favoritos em relação a outros. Dessa forma, todas as práticas responsáveis pela definição que elabora as definições abrangem as relações de autoridade e, simultaneamente, afirmam quem pode ser integrado ou pode ser eliminado. Assim sendo, Woodward (2009, p. 18-19) defende que é a “cultura [que] molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade”. Eis, então, o papel fundamental da cultura na formação do processo da identidade e de sua representação. No caso em tela, a cultura francesa adicionada à cultura brasileira na experiência de vida de Lena hibridaram para dar lugar a uma identidade revitalizada.

Tropical sol da liberdade proporcionou a apreensão do conceito de identidade que é desconstruído e reconstruído a partir do exílio. Este, no entanto, foi determinante para esse processo, ele fez com que tal processo fosse acionado, pois criou as condições para que os personagens se vissem em face de contextos culturalmente diferentes, apesar de haver, no Brasil e na França, uma fonte comum em termos de religião e língua, que estão na base das outras determinantes culturais e identitárias. Assim, falar de exílio, de identidade e da diferença, é também falar de hibridismo, haja vista que o

indivíduo, ao ser obrigado a deixar sua terra natal, a sua identidade não se constituirá mais na mesma, mas abarcará outras influências do lugar que, agora, ele passa a viver, lembrando a postulação de Polar (2000, p. 139), para quem “a pergunta ‘quem sou?’ nunca chegue a formular-se independentemente de outra: ‘a que mundo pertencço?’”. Desse modo, a identidade é, certamente, a qualidade do ser humano que nunca se deixa traduzir em sua plenitude de significados se a ela não inserirmos o qualificativo de híbrida. Aliás, o hibridismo “tem sido analisado, sobretudo, em relação com o processo de produção das identidades nacionais, raciais e étnicas” (SILVA, 2009, p. 87), sendo que,

Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, o hibridismo — a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças — coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. [...] A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, [mesmo que,] embora guarde traços dela (SILVA, 2009, p. 87).

O hibridismo também “está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras” (SILVA, 2009, p. 87). Em outras palavras, Silva deixou claro que o hibridismo está ligado ao exílio.

O conceito de hibridismo, como esclarece Silva (2009), está ligado às possibilidades que os indivíduos têm de entrar em contato com outros lugares, outras culturas, mesmo que, de forma forçada, como foi o caso da personagem Lena, ao ser exilada em Paris. Esses novos contatos com outras culturas contribuem para que a identidade do indivíduo seja transformada pelas influências oriundas deste novo lugar, das outras culturas, da realidade em que agora ele vive.

Ao deixar seu lugar de origem, o indivíduo chega ao seu limite, uma vez que foi obrigado a deixar sua terra, sua família, contrariando sua vontade. Assim, aos poucos, ele passa a construir novos contatos nesse estranho lugar. Esses novos contatos, então, contribuirão para que sua identidade passe por transformações que a complementam. O indivíduo, assim tomado e explicitado nessa obra, é uma figura que tipifica, em sua saga pessoal, a travessia identitária de toda a comunidade que se vê forçada ao exílio.

O desenraizamento é um termo que se liga frontalmente ao conceito de identidade. Não o desenraizamento em si, mas o fato de ele, assim como o exílio, proporcionar a oportunidade de novos contatos que o indivíduo passa a ter com o outro

país. Referindo-se as experiências de exílio, Costa (1980) é uma autora que discute sobre esse tema na sua obra, por meio de depoimentos de mulheres que viveram experiência similar. Em um dos depoimentos a autora pontua que a depoente afirma que sentiu medo, mas não um medo físico, e sim o medo de ter a sensação de perda da raiz de sua identidade, quando afirma: o “que mais me assustou nisto tudo foi a sensação de estar ficando absolutamente desenraizada [...] por estar clandestina, por estar exilada, por estar num país estrangeiro com uma identidade que não era a minha” (COSTA, 1980, p. 294).

Retomando o *corpus* literário desta pesquisa, observamos que a personagem Lena, ao residir em Paris, busca manter contato com sua família, que está no Brasil, através de cartas que ela escreve. Essas cartas representam uma ponte que, para ela, é o que ainda resta como forma de ligamento para não perder as relações com seus ancestrais. Nos textos das cartas, ela expressa sua dor, a saudade, as necessidades materiais que ela tem que enfrentar, até mesmo a necessidade de encontrar um lugar para sua instalação.

Quando em terras estrangeiras, ocorre o processo de distanciamento de seus ancestrais e de sua vida pregressa. Esse distanciamento adicionado ao contato com o novo lugar é o que revelamos como hibridismo cultural, pois se concretiza no contato entre mais de uma cultura resultando uma terceira; mais ou menos como a teoria da terceira margem do rio. Nenhum rio tem terceira margem. Eles seguem prisioneiros de duas margens, mas quando se dá a divisão necessária pela presença de uma ilha, esta passa a ocupar um espaço com margens por todos os lados, como resultado do encontro com águas em todas as direções; assim ocorre quando culturas díspares se encontram. Esse encontro é típico do sujeito migrante e, mais enfaticamente, do sujeito exilado. Da hibridação entre o novo e o velho resultam alterações mais dinâmicas em sua identidade do que as que ocorrem naturalmente. O que antes estava estruturado em sua personalidade passa por um período de desestabilidade até encontrar um estágio em que sua condição existencial se torna estável.

Na perspectiva de Stuart Hall, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, visto até aqui como um sujeito unificado” (HALL, 2015, p. 9). O processo que descrevemos anteriormente é caracterizado como uma crise de identidade, pois a identidade é “como um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os

quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2015, p. 9).

Entretanto, esse processo, na visão de Hall, é, aqui, apresentado apenas como explanação de nossa exposição, pois, no caso dos personagens da obra que estamos estudando, a crise foi gerada pela brusca mudança levada a efeito pelo exílio.

Em *Tropical sol da liberdade*, as bases de sustentação identitária da personagem Lena era a sua vida que tinha no Brasil antes de ser exilada. A partir do exílio, deram-se as várias mudanças oriundas de sua vida num país estrangeiro.

A realidade que ficou, e teima em sobreviver por meio da memória, é um dos lados de uma equação que tem a igualdade como parâmetro para se construir a outra vida, que vai surgindo na medida em que uma nova identidade se mostra na estampa da realidade nova que encontrou quando teve que partir. Portanto, a obra em estudo prefigura uma identidade construída a partir da junção de duas experiências, sendo que a primeira experiência é anterior ao exílio, quando o indivíduo ainda vive no seu país de origem, a segunda delas é carregada de revolta, por ser a experiência de vida em terras alheias, para onde a personagem (Lena) se dirigiu e fixou residência por não encontrar condições de existência em sua terra natal.

O fato histórico que se tornou memória, em face da experiência individual, foi a ditadura militar, durante a qual a censura nos meios de comunicação, inclusive na imprensa jornalística, foi uma estratégia para garantir a ordem do regime. A censura não é um fato recente nas relações entre dominador e dominados, pois, ao longo dos séculos, o sistema dominante vem tentando “controlar as publicações através de uma censura prévia e rígida. Isto explica os constantes problemas dos escritores com a justiça: proibições, processos (*Madame Bovary*), prisão ou fuga” (REUTER, 2004, p. 6). De resto, os próprios autores se impõem inconscientemente uma espécie de censura, quando, para garantir sua sobrevivência material e a proteção contra os poderosos, deixam de publicar textos que possam melindrar o *status quo*. Dessa forma, entendemos que a censura levou alguns autores de obras literárias e trabalhos artísticos em geral a se submeterem ao poder para legitimar seus textos, seus produtos e sua posição na sociedade.

Na obra em estudo, essa forma de relação aparece figurada em vários personagens, como é o caso da personagem Lena —, uma jornalista que sofre as perseguições da polícia política, é presa e interrogada, quando os jornais foram censurados, num momento em que a liberdade de expressão se vê cerceada. Assim

sendo, a personagem, para fugir à prisão, decide sair do país. Essa foi, também, uma alternativa de sobrevivência, haja vista que, em seu horizonte local, havia a tortura e a morte.

Durante os anos de repressão política, foram editados atos institucionais para dar ao Estado as condições de gerir a própria existência sob os esteios do estado de exceção. Na opinião de Pires (2001, p. 15), “Com o ato institucional, consumou-se a ruptura do Estado de direito”. Assim, com a criação dessas leis de exceção aprovadas pelos Parlamentares e pelo Congresso Nacional, essas mudanças beneficiavam os interesses políticos, econômicos, internacionais etc. do regime militar e descartavam-se os direitos dos cidadãos garantidos pela Constituição.

Na opinião de Thomas Skidmore (1988), para o regime militar havia uma justificativa para a criação destas leis, pois “O aumento dos poderes do Executivo era necessário, segundo o Ato, para ‘a reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil’. O objetivo era ‘a restauração da ordem interna e do prestígio internacional do nosso país’” (SKIDMORE, 1988, p. 49).

Skidmore assevera que foram editados vários atos institucionais, para preservar a ordem interna do Brasil. Sobre esse Ato o autor explica que “Presidiu a promulgação do AI-5, mas nunca fez a transação emocional do presidente ‘humanizador’ para a de ditador sul-americano” (SKIDMORE, 1988, p. 191). Reis (2014) diz que o AI-5 foi decretado

em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n.5 (AI-5), fechando os parlamentos por tempo indeterminado, recobrando amplos poderes discriminatórios e restaurando, de modo inaudito, o estado de exceção, a ditadura. Um golpe dentro do golpe. A ditadura sem disfarces, escancarada (REIS, 2014, p. 73).

Após quatro anos de instauração do regime militar, iniciado em abril de 1964, o ato institucional de número cinco que fere a dignidade humana, os direitos dos brasileiros que defendiam a liberdade, lutavam contra a repressão, a censura, a tortura e a violência.

Em *Tropical sol da liberdade*, a narradora e personagem Lena explica sobre o ato institucional de número cinco (AI-5), e indaga sobre a repercussão dessas leis sobre o Brasil e suas temíveis e desastrosas consequências. A personagem Lena tinha ouvido, em silêncio, a leitura dessa lei pelo rádio, o que lhe tirou qualquer esperança de sobreviver no Brasil. A divulgação de tamanha crueldade da proposta deste quinto ato

institucional veio pelo rádio de forma detalhada para expressar a autoridade e a força dominadora que o regime acabava de implantar. O rádio relatou por meio da

voz de um locutor profissional que nunca mais Lena conseguira ouvir sem sentir um engulho. Os militares reagiam, decretando o fim do que ainda sobrava da Constituição. E promulgavam um novo ato institucional, o quinto, que depois ficaria conhecido e execrado apenas por uma sigla famigerada, o AI-5. E aí se fechava o Congresso, se censurava a imprensa, se cassavam mandatos, punindo parlamentares, juízes, ministros, jornalistas, intelectuais, estudantes, operários (MACHADO, 2012, p. 211).

Observamos, pelo recorte supracitado, que a criação do AI-5 que a personagem Lena cita na obra, legitimava ainda mais a autonomia e os direitos dos militares, abolindo-se, por extensão, os direitos dos cidadãos brasileiros garantidos pela Constituição.

No rol de perseguição, estavam todos aqueles que empenhavam e lutavam em defesa da liberdade de expressão, dos direitos dos cidadãos e, desse modo, tentavam impedir a instalação definitiva desse império militar. Do ponto de vista de Lena, a ousadia e a dominação desse governo estavam legitimadas nos atos institucionais que se fortaleciam ainda mais e, deixando perplexo o brasileiro “que em algum momento tivesse tido a ousadia de imaginar que o país poderia viver de alguma forma que não fosse debaixo das botas dos militares” (MACHADO, 2012, p. 211). Além do domínio dos militares por todo o país, impondo autoridade, apoio e poder, pois “Os militares têm armas, munição, têm tanques, têm apoio externo, têm dinheiro, não têm escrúpulos de espécie alguma, prendem, torturam, matam” (MACHADO, 2012, p. 109). Lena narra uma experiência de perseguição e fuga da polícia quando um companheiro foi preso. Nesse mesmo dia em que seu amigo foi preso, “Lena chegou a sua casa esbaforida de correr dos cachorros da polícia” (MACHADO, 2012, p. 141).

Pires (2001), em suas abordagens, esclarece sobre as propostas dos atos institucionais:

Pretendiam consolidar o arbítrio, as perseguições, a violação aos direitos constitucionais, outorgando-se poderes absolutos, truculentos, plenipotenciários, inclusive os de fechar o Congresso Nacional e nomear governadores, senadores e prefeitos biônicos, além de perseguir, prender, torturar e assassinar os cidadãos que tivessem a infelicidade de cair nas malhas desse poder arbitrário, que promoveu o retrocesso político da nação brasileira (PIRES, 2001, p. 14).

Munidos de poderes de exceção, os militares poderiam nomear para cargos políticos somente os indivíduos que convinhassem aos seus interesses particulares, sem pedir o consentimento e a participação da sociedade.

Lena, certa noite, “dormiu mal, um sono leve e agitado, entrecortado por pesadelos e medos. No dia seguinte, enquanto fritava um bife para o almoço, foi presa” (MACHADO, 2012, p. 308). Teve a sorte de não ser torturada, apesar das ameaças com que a intimidavam. Depois ser presa, Lena fala de seu interrogatório nos seguintes termos:

Enquanto esperava numa sala a vez de ser interrogada, viu jogarem lá dentro um rapaz que ela conhecia de vista, da praia. E foi empurrado longe por dois homens, pela porta. Caiu no chão, levou um chute, e um terceiro homem algemou seu pulso ao pé do banco onde ela estava sentada. Ela e um outro jovem que aguardava na mesma sala se abaixaram junto do ferido. Ele conseguiu balbuciar seu nome e o lugar onde trabalhava, uma revista semanal. Outro rapaz disse: — Estão apanhando tudo o que é jornalista. Dizem que um dos sequestradores é jornalista, que o manifesto foi escrito usando um jeito de abreviar palavras que só a gente usa” (MACHADO, 2012, p. 309).

Nesse recorte, vê-se que Lena explica, detalhadamente, as ações praticadas pela polícia, que agia de forma desumana, violenta e humilhante contra os indivíduos que não conseguiam escapar e eram presos, interrogados, torturados, executados. Quando Lena estava conversando com os rapazes na delegacia, os policiais dizem: “— Calem a boca! Estão pensando que isto aqui é sala de visitas, é? [...]. Estão com vontade de falar? Pois já vão ter muito o que falar...” (MACHADO, 2012, p. 310). Essa reprimenda do militar continha a ameaça que haveria de se concretizar logo em seguida, quando ele continua — olhando para Lena: “— Você aí, mocinha, é sua vez. Lá se foi ela. Eram cinco homens que se revezavam interrogando, uns mais duros e ameaçadores, outros menos. Mas não tocaram nela” (MACHADO, 2012, p. 310).

A polícia queria saber de Lena se o carro que os sequestradores usaram para sequestrar o embaixador americano era o dela. Acreditavam que ela sabia, porque um dos sequestradores era o seu irmão Marcelo. Então, durante o interrogatório, “Ela confirmou que tinha emprestado ao irmão. Não sabia para quê. Imaginava que fosse para namorar, ele não disse nada, ela também não perguntou. [...]. Isso os homens podiam entender bem” (MACHADO, 2012, p. 310). Dando prosseguimento ao interrogatório, Lena narra que sempre respondia e, ao mesmo tempo, confirmava as hipóteses da polícia, numa tentativa de confundi-los, era uma tática que aprendera no

ofício de jornalista. “Depois perguntaram se ela sabia onde estava o carro. Ela disse que sim. Foi um espanto. Todos pararam o que estavam fazendo e se concentraram em volta dela para ouvir a grande revelação”. (MACHADO, 2012, p. 310). Lena ainda descreve que

Era visível a expectativa deles, que ela até teve medo do anticlímax que sua resposta configurava: “Está estacionado em frente à minha casa. Vocês não viram quando foram me apanhar?” Quando um deles explicou que era outra turma, ela se deu conta da inversão linguística. Era o interrogatório dela. Mas acabara de fazer uma pergunta e os interrogados responderam. A confusão era total. Deram ordens para que alguém fosse verificar se era verdade (MACHADO, 2012, p. 310).

Observamos, neste excerto, que Lena, ao narrar o seu interrogatório, conseguiu deixar a polícia confusa, sem entender como o carro foi parar na porta de sua casa, então, foram averiguar se o que ela falou era verdade. No outro recorte, citado adiante, Lena narra sobre o desfecho de seu interrogatório, quando o deram por encerrado, leram o seu depoimento, ela assinou e depois foi liberada. Lena

ficou sabendo que sua casa estava vigiada. E se preparou para o pior: agora ia precisar explicar como o fusquinha tinha ido parar lá. Mas ninguém perguntou. Interromperam o interrogatório e a levaram de novo para outra sala, agora inteiramente vazia. Esperou mais algumas horas. Voltaram a buscá-la. Fizeram a leitura de seu depoimento, pediram que assinasse. E, tarde da noite, mandaram que voltasse para a casa. Voltou, ligou para a mãe, tomou um comprimido e dormiu exausta (MACHADO, 2012, p. 310-311).

Após seis anos de governo militar, já na década de 1970, a repressão foi recrudescendo a patamares de violência imprevisíveis. As forças conservadoras, num procedimento de autodefesa, endossavam e protegiam o governo militar. Essa situação pode ser demonstrada em um trecho de um discurso do general Osvaldo Gomes, quando afirmou, segundo Pires (2001, p. 232), em entrevista a jornais, que o “objetivo militar é matar o adversário sem ter uma baixa” entre seus correligionários.

A crueldade temperada de covardia da formulação no final do parágrafo anterior indica que os entes contrários ao novo *status quo* tiveram que deixar a própria terra como alternativa de sobrevivência, foram, enfim, deportados. Essa condição transforma o sujeito em exilado e o obriga a falar de duas realidades. Essa fala duplicada torna-se um item que marca, separa e diferencia sua identidade, num processo contínuo de desconstrução e construção identitária.

A ditadura é um evento coletivo, porque atinge toda a sociedade, enquanto a vida longe da pátria é um evento particular, por meio do qual o regime ditatorial se torna memória nas lembranças do sujeito exilado. E é dessa forma, isto é, transformada em memória, — como experiência subjetiva, — que se torna ficção. Em resumo, quando o governo atinge o sujeito social, forçando-o a sair do país de origem produz um estado de agressão sobre o indivíduo, porque é no ato de ser obrigado a viver longe da pátria que ele sente na própria sensibilidade os significados mais profundos dos regimes ditatoriais, ou os efeitos desse regime sobre a vida das pessoas.

A personagem Lena narra que não suportava a pressão e a tensão que estava vivendo, por não poder falar com as pessoas que estavam a sua volta, e decide, com seu advogado Arnaldo, que encontrou um jeito para eles deixarem o Brasil. “Achava que ia enlouquecer de vez, se Arnaldo não tivesse descoberto um navio cargueiro cujo armador queria colaborar [...] oferecia um camarote de graça para tirá-los do país. E assim deixaram eles a terra das palmeiras onde canta o sabiá” (MACHADO, 2012, p. 315). Lena e Arnaldo seguem para outro lugar, para além-mar, com o intuito de buscar novas formas de sobrevivência, sem saberem que condições iriam encontrar pela frente, mas, no Brasil, já não suportavam mais a opressão e a pressão da ditadura.

Lena narra que, durante o exílio, a tristeza era o sentimento que dominava sua vida, pois eram “Tristes terras, tristes tempos” (MACHADO, 2012, p. 26). Na sua opinião, mesmo tendo durado quatro anos, o “exílio não tinha sido dos compridos, [...]” (MACHADO, 2012, p. 28). Entretanto, quatro anos longe de sua pátria podem se transformar em uma eternidade. Esta experiência de viver em outro país, no modo de pensar de Lena, era comparada a uma dor profunda na alma, quando diz que “o exílio era só uma profanação que ficara distante no tempo. Lá longe, doendo num cantinho empoeirado da alma, com uma enorme pedra em cima. Mas ainda assim, reverberando” (MACHADO, 2012, p. 26).

Lena retoma o Poema de Gonçalves Dias num tom irônico de modo a expressar de maneira mais contundente seu ponto de vista e criticar essa atitude da ditadura em desterrar os brasileiros que se posicionavam contrários ao regime e em prol da liberdade, como se observa no seguinte excerto:

Triste mesmo tinha sido antes. Na época do exílio, sem romantismo, que não tinha nada a ver com o de Gonçalves Dias, cantado no poema e incorporado ao hino. Vê se pode, pensava a mulher, um país fundado nos degredados e que até no hino nacional lembra a dor do desterro, citando canção de exílio, andar banindo gente em pleno

século XX e espalhando exilado pelo mundo. “Não permita Deus que eu morra sem que eu volte para lá”. Mesmo poema, outro hino, saudade igual (MACHADO, 2012, p. 26).

Lena se posicionava contrária à situação que o país atravessava, governado pelos militares, e, assim, retoma o Poema de Gonçalves Dias, para criticar, questionar e avaliar a situação e a penúria dos que foram obrigados a deixar o país e seguir rumo a terras estrangeiras.

Lena expõe que, mesmo estando em terras estranhas, “Deu até para se interessar de verdade por muita coisa dos países adotivos, se ajeitar como possível na pele de empréstimo, na língua dos outros, no humor alheio” (MACHADO, 2012, p. 28). Isto é, Lena assume, na condição de personagem que tipifica a todos que tiveram que partir, a inclusão na identidade de outra cultura, outras determinantes antropológicas que, ao mesmo tempo em que desconstrói sua identidade de origem, constrói uma nova, pois, no recorte supracitado, ela narra que, aos poucos, na terra estrangeira, se depara com outras realidades culturais, sociais, etc., e passa, então, a falar dessa outra realidade na qual, agora, está situada e vive, que é a realidade de exilada. A reconstrução se dá porque, aos poucos, algumas coisas, nesse novo e diferente lugar por ora adotado, despertam seu interesse, o que contribui para sua adaptação, para a aprendizagem de outro jeito de viver, ainda que de empréstimo nesse novo ambiente que o exílio proporciona.

Consequentemente, já instalada no país estrangeiro, é preciso seguir em frente e estabelecer novos contatos, novos relacionamentos, a começar pelo uso da língua emprestada, que é obrigada a aprender, mesmo que em partes. Essa fala duplicada do exilado, ou a segunda língua imposta pelo afastamento de sua terra é, no contexto desta pesquisa, uma entidade metafórica para significar ou reunir um estado de segurança e vivência comunitária a um novo modo de viver forçado e penoso, num país estranho, de terras distantes, de pessoas diferentes, de uma cultura distinta, um povo, enfim, que dança sob outros ritmos, festeja outros santos e se deleita sob outros acordes.

Nesse novo e estranho lugar, Lena passa a conviver, a se relacionar com outras pessoas e, dessa maneira, acaba por construir laços de amizade. Como resultado dessa nova interação, tem-se, então, que sua identidade teve uma paulatina reconstrução, vendo executada em sua existência a substituição do estado anterior por influências de outras culturas, de outras pessoas e pelo aprendizado de outras línguas.

Pelo exposto, Lena tem a identidade transformada em razão de sua experiência particular com o exílio, representando, em sua saga individual, a vida de todos que vivem situação similar, o que a tornou figura típica, na condição de personagem da vida real, que imigrou para a obra onde passa a viver uma experiência coletiva sob o prisma da subjetividade, representando, dessa forma, a todos que, na vida concreta, viveram a realidade da ditadura militar.

A ficção, no caso presente, se refere ao fato particular, haja vista que a experiência de viver em terras alheias é a experiência da personagem Lena, exilada na França, por carrear uma vivência pessoal com um fato coletivo (a ditadura), passa a ter os emblemas da subjetividade, sendo que é aqui (na ação subjetiva) que a narradora e personagem Lena tem liberdade para inserir sua visão particular e transformar a experiência em elemento ficcional. Podemos pensar numa fórmula em que aparece, em primeiro lugar, o governo militar, que leva tantos a deixarem o país de origem. Fato este relatado como uma experiência subjetiva. Nesse sentido, a vida longe da pátria tem o condão de transformar a ditadura em mito.

A história relatada não é meramente a história de Lena, mas uma sequência de acontecimentos que poderiam ou podem acontecer com quaisquer indivíduos em quaisquer lugares da terra. Trata-se, pois, de uma experiência universal — a ditadura — que se torna particular pela vida longe da pátria, isso porque a ditadura apresenta-se com características particulares em distintos pontos em que ocorre, mas a obrigação de deixar o país de origem é única e se repete em razão de suas qualidades, uma vez que há diferentes formas de exílio. Entretanto, o exílio, por razões políticas, tem as mesmas qualidades em qualquer lugar em que ocorra.

Quando Lena relata sua saída do Brasil, está meramente narrando um fato ficcional, construído a partir de uma visão da ditadura e seus efeitos sobre os personagens. Aliás, a narração, assim como a capacidade de fabulação, é “um traço indissolúvel da condição humana — não há homem sem linguagem, e não há linguagem sem narrativa. Falar é narrar” (TEZZA, 2012, p. 41). A obra *Tropical sol da liberdade* relata a história da ditadura a partir da saga de entes ficcionais que sofreram seus dramas, seus medos e seus limites.

CAPÍTULO II

EXÍLIO — UMA VISÃO DA DIÁSPORA NA OBRA LITERÁRIA:

TROPICAL SOL DA LIBERDADE

A obra em estudo é um protesto contra os grupos dominantes e um alerta sobre a necessidade que tem o homem de entender sua qualidade de igual numa sociedade que teima em manter diferenças de acordo com a origem social, a opção política ou mesmo a questão de gênero. Tanto o protesto quanto o alerta só se tornam plenos e eficientes porque a obra traduz a essência humana como de resto ocorre com toda obra de ficção. A essência se consuma naquelas qualidades que são mais intrínsecas ao homem, como seus sentimentos, revoltas, necessidades etc.

Já deixamos claro neste estudo que o ato de viver em terras alheias — por imposição de sobrevivência — é uma experiência acidental na vida de sujeitos em estado de ruptura com seu *status quo* imediato, e ocorre como estratégia de sobrevivência, podendo criar novos horizontes na desconstrução e reconstrução da identidade de sujeitos e comunidades.

Em *Tropical sol da liberdade*, a experiência de deixar o país de origem aparece como um trauma individual vivido por personagens que, no texto, tipificam os atores sociais que sofreram os rigores da ditadura contra a qual lutaram, vendo-se forçados a buscar novos horizontes, onde pudessem recuperar a dignidade. A propósito, quando o indivíduo se vê impedido de retornar à terra de seus ancestrais e nela viver, tem como problema imediato a enfrentar a luta por manter a dignidade. Nessas circunstâncias, a identidade passa a ser meramente uma desconstrução e reconstrução que não se completa, porque se constitui um objeto de desejo sempre no horizonte. Nessa obra verifica-se a existência de sujeitos e eventos imigrantes (existentes na realidade concreta) e nativos (produzidos pela imaginação do autor). Estes últimos têm o condão de prover o texto de literariedade.

A dor moral, a saudade dos ancestrais, o sofrimento, são elementos que interferem na identidade em *Tropical sol da liberdade*. Nessa obra, a memória é um elemento no processo de desconstrução e reconstrução da identidade, e é por meio dela que a história adentra os limites do texto literário. Isso se deu porque essa obra cristalizou as tendências políticas, suas consequências sociais e econômicas, que caracterizaram o sistema de governo e de relações de poder prevaletentes na ditadura militar brasileira, que se iniciou em 1964. Aliás, na América Latina, os modelos

políticos concretizaram-se sob formas ditatoriais de governo, que oscilaram, na segunda metade do século XX, entre a esquerda e a direita. Essas formas políticas privilegiaram, tanto numa como noutra direção, o poder absoluto de governos, repetindo e dividindo entre si formas de gestão políticas nos limites do fanatismo.

De resto, Ana Maria Machado enfocou, em sua obra, a condição do homem sob o prisma da relação entre opressão e libertação, articulando Arte e História. Machado expressou, em prosa, sua indignação em face da inconsciência política que obrigou a população a aceitar, conviver e, em muitos casos, defender essas formas de poder, haja vista que *Tropical sol da liberdade* é obra literária escrita na pressuposição da possibilidade de libertação do homem oprimido sob o império da ditadura militar.

Pires (2001) questiona, em tom que, mesmo escrito, deixa perpassar sua revolta: “Quantas famílias e quantos jovens tiveram que abandonar a pátria para fugir às perseguições, às prisões, às torturas, à morte cruel, à intolerância de um regime ditatorial”? (PIRES, 2001, p. 14). Ao fazer essa indagação, Pires tinha consciência sobre os que ainda ficaram no Brasil, recusando a sair do país e, por consequência, enfrentando humilhações e perseguições. A propósito, ele afirma textualmente que vários “permaneceram no país, resistindo, sofrendo humilhações e perseguições, privados da tranquilidade, da integridade física e confrontando com altivez e dignidade a ditadura militar” (PIRES, 2001, p. 14). Para ela, os que narram sua experiência como exilado, além de narrar uma travessia pessoal, traçam os perfis dessa experiência na memória que registram sobre o evento e homenageiam todas as pessoas que foram vítimas da ditadura.

Assim, falar da vida em terras alheias não é se deter numa experiência pessoal, “denunciar, reconstituindo os fatos que atingiram tantas famílias brasileiras; é em síntese, dar um depoimento de vida” (PIRES, 2001, p. 14). Podemos dizer que *Tropical sol da liberdade* é uma obra que traz ao lume estas questões descritas por Pires, como a de deixar o país de origem, a denúncia, a reconstituição dos fatos, que homenageia, mas, ao mesmo tempo, faz críticas a esse período e à história do regime militar, que governou o país de forma atroz. Observamos, no recorte seguinte, que Lena descreve e critica o regime militar e o país. Na sua opinião, era como um lugar de inferno, e que, para sobreviver, era obrigada a seguir para terras estrangeiras; isto é, a empreender uma travessia

A caminho de um exílio desconhecido e de duração ignorada. Qualquer coisa melhor do que o inferno de onde vinha saindo. Brasil grande, Brasil pequeno. Do tamanho da ditadura. Maior que qualquer ditadura. Sobrevivente a qualquer ditadura. Menos a que sobrevivia dentro dela (MACHADO, 2012, p. 330).

Nos estudos de Denise Rollemberg Cruz (1999), fica claro que a vida longe da pátria é uma experiência que “sempre acompanhou a história da humanidade. É uma experiência primordial, ao mesmo tempo social e individual. Suas simbologias e representações nos falam de situações, sentimentos e práticas recorrentes ao longo do tempo” (CRUZ, 1999, p. 23).

Portanto, o Brasil não tem o apanágio de sozinho levar essa marca, as nações, em geral, têm sempre, em sua história, um momento em que o Estado, deixando de cumprir seu dever de defender e proteger seus habitantes, torna-se entidade opressora, lançando mão dos recursos disponíveis para que a população possa se manter em silêncio.

Bezerra (2014, p. 11) comunga com essa mesma ideia, entretanto, emprega uma palavra diferente, *deslocamento*, mas esta palavra possui relações de significado com a vida fora do país de origem. Ele assevera que “Desde as antigas civilizações, o homem se desloca topograficamente, ora por livre-arbítrio, ora por motivos de força maior”. Ele fala de deslocamento geográfico do homem, algo que já acontece desde há muitos séculos atrás, embora esse deslocar possa se efetuar sob duas formas: voluntária e obrigatória. Dito isso, completa:

Obviamente, o deslocamento humano nem sempre se dá de forma coletiva ou por pressão externa; mesmo assim, vários episódios históricos têm comprovado que, para preservar sua integridade física, ética ou moral, o homem segue novas rotas, a fim de se reorientar não só do ponto de vista geográfico, mas, acima de tudo, subjetiva e identitariamente (BEZERRA, 2014, p. 11-12).

O deslocamento humano, nessa acepção, encaixa-se, pelos seus contornos semânticos, na obra *Tropical sol da liberdade*, cuja personagem Lena se desloca do Brasil, país de origem, e vai residir na França: um país estrangeiro. Na obra, Lena narra a história de sua vida em terras alheias, na França, imprimindo à história elementos historiográficos aqui e ali, transcendidos pelo mito de deixar o país de origem, como eldorado às avessas, na medida em que se trata de um eldorado posto num horizonte sem fim, da busca por dias melhores em sua pátria ancestral, às voltas com a ditadura militar. A obrigação de deixar a pátria não é uma alternativa, porque não há outras

opções, ela se torna a única salvação no mar sem fim de autoritarismo e denunciamento. O vocábulo *mar* é empregado aqui metaforicamente, mas tem também sentido próprio, quando se sabe que a travessia se deu para o outro lado do mar.

Como único elo entre ela e a sobrevivência, a vida longe do Brasil tem suas marcas positivas. Sua mudança para além-mar traz-lhe novas rotas direcionadas à tentativa, ao mesmo tempo, de salvar e reinventar a própria vida, o que afetará sua identidade.

“Cada exílio é definido, evidentemente, por uma conjuntura específica, por problemas próprios à época e ao lugar” (CRUZ, 1999, p. 24). Em *Tropical sol da liberdade*, ocorreu por reação à ditadura. A vida longe da pátria é oriunda de problemas particulares e resulta em consequências que, em algumas situações, são de difícil superação ou, até mesmo, insuperáveis, pois o indivíduo lançado nas malhas de ter que viver distante de seus ancestrais vê-se, de chofre, marcado por etiquetas desumanizantes tais como a exclusão e a intolerância.

Entretanto, o ato de deixar sua terra faz parte daquele arcabouço de estratégias de luta à disposição do sujeito exilado. Ao negar sua pátria, o exilado não está meramente deixando clara uma ruptura com seus ancestrais, e sim uma necessidade de sobrevivência, porque as ditaduras não deixam alternativas àqueles que se colocam contra elas. Com isso, fica claro que a obrigação de viver longe de sua terra funciona, também, em prol dos regimes autoritários, pois, ao alijar de sua pátria seus cidadãos, anula seus discursos, já que tem meios para impedir que esses discursos possam adentrar os limites das fronteiras nacionais e atingir aqueles que ficaram. Nesse sentido, o exílio tem — na opinião de Cruz (1999, p. 25) — a função de afastar/excluir [...] grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, [a fim de] alterá-lo”, se apresentam à ideologia dominante como ameaças ao *establishment*. Pois, o exilado “envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz não a uma realidade (CRUZ, 1999, p. 25). Na opinião de Cruz eis a razão de muitos indivíduos serem exilados, estes indivíduos se colocam em defesa dos direitos dos cidadãos, e contrários às ideologias políticas do regime militar: uma situação atualizada, recuperada e explicitada na obra *Tropical sol da liberdade*.

Neste trecho está evidenciada a função do exílio que é justamente afastar, distanciar os indivíduos que se posicionaram contrariamente ao *status quo* do regime de plantão, que, no caso específico, se denomina ditadura militar. Entretanto, esses indivíduos que colocaram sua vida em risco para defender seus direitos e a liberdade de

expressão enfrentaram a polícia política para mudar a realidade que era imposta de forma conflituosa e autoritária. Desse modo, no afã de impedir as ameaças que esses indivíduos representavam e que poderiam avançar ainda mais, os generais e a polícia política se valiam das perseguições políticas.

De acordo com Cruz (1999, p. 25), o universo do exilado se constrói sobre a condição de viver em terras alheias, e que conseqüentemente, trata-se de um universo cujas qualidades implicam a despersonalização e o anonimato. Dois elementos que têm ampla influência sobre a identidade, tanto em termos de construção quanto de desconstrução.

O afastamento, nos moldes daquele que é produto do exílio, causa a despersonalização, em decorrência, dentre outros fatores, do anonimato oriundo da vida em terras alheias. Esse efeito está na base da crise identitária, que perpassa o exilado em sua trajetória em outros países, distante de seus ancestrais; ocorrendo, ainda, devido a questões de ruptura, conforme atesta Cruz, quando afirma que a “ruptura tem a dimensão de um traumatismo, porque ao deixar o país de origem rompe com o movimento que constrói o homem a partir de seus projetos e ilusões, renovado, permanentemente, na convivência com os outros” (CRUZ, 1999, p. 25).

No âmbito da vida empírica essa situação tem qualidades similares ao modo como se desenvolve no âmbito da ficção. Essa similaridade, longe de indicar que a obra em estudo seja um estudo historiográfico de uma situação, aponta para o fato de que estamos diante de uma obra cujas características a tornam verossímil, o que adensa seu caráter ficcional.

Cruz complementa que o “exílio rompe com o conforto da relação na qual o homem é reconhecido, o que evita o sentimento de precariedade” (CRUZ, 1999, p. 25). Ainda, a respeito da crise de identidade influenciada pela vida longe de seus ancestrais, que o exilado é obrigado a enfrentar, a autora defende:

Para o exilado, a ruptura da ancoragem narcísica se faz em um conflito violento, sobretudo para quem outrora tinha um papel social reconhecido por ele e pela comunidade. Perde o espelho múltiplo a partir do qual criava e nutria sua própria imagem, seu personagem. No exílio, ninguém o reconhece. Aquele eu [que] era não existe mais. O personagem está morto, o cenário não é mais o mesmo, os atores tampouco. E nos encontramos ali, sem olhar, sem palavra: comoção e crise radical de identidade. O homem está nu (CRUZ, 1999, p. 25).

No excerto supracitado, estão as consequências desconfortantes, conflituosas, que o exilado, sem outra saída, tem que enfrentar, haja vista que o estar num país estrangeiro, de modo forçado, é uma fratura existencial cuja consequência mais dramática irmana-se com o enfrentamento de mudanças que apontam para questões identitárias. Isso indica que não podemos subestimar a condição de exilado em outro país. Essa condição incomoda, porque move o sujeito a lutar pela colagem de sua existência fora de seu contexto normal, nas formas de vida encontradas no ambiente para onde foi lançado, devido à falta de perspectiva na terra ancestral.

Colocado nos termos do parágrafo anterior, o interregno é a fase mais dramática da vida de todos que se veem forçados a palmilhar caminhos longe de sua pátria, pois toda fratura, desde as físicas, quando se dá o rompimento de um osso, até as existenciais, que abrangem o indivíduo em sua constituição psicológica, é um estado patológico e como tal precisa ser tratado. No caso em tela, o tratamento se dá em várias frentes, a saber: o quadro político ditatorial precisa ser alterado e substituído pela normalidade democrática; no âmbito individual, o sujeito exilado precisa reencontrar a vida que ficou para trás quando se lançou na diáspora sem fim de uma existência de empréstimo em outros países, outras culturas, outras línguas, outras amizades. Evidentemente, há inúmeras razões na base de qualquer diáspora, entretanto, considerando a travessia retratada em *Tropical sol da liberdade*, a razão que se sobressai e pode ser considerada como única é a ditadura militar implantada no Brasil em 1964. Tal é o sofrimento e tão profunda é a fratura na personalidade do exilado que Cruz (1999, p. 26) chega ao ponto de afirmar que o “traumatismo e o sentimento de perda e de ferida profunda caracterizavam o luto vivido pelo exilado, num primeiro momento”. Mas o luto, nesse caso, é uma experiência coletiva e partilhada, consoante a continuidade das postulações de Cruz, conforme se lê a seguir:

Os exilados não choram somente seus “mortos” e seus “presos”, seu luto é também social, no sentido que eles devem aceitar o fim de um *modus vivendi*, de um contexto social e político que não poderá mais se reproduzir tal como era. Perda de seus sistemas de referências, de seus objetos de amor, de seus polos de investimento e de agressividade (CRUZ, 1999, p. 26).

Portanto, o estado de angústia vivido pelo exilado remete a um quadro de tristeza em face da morte de suas experiências como pessoa e indivíduo na terra de origem. Esse estado — que ressignifica um momento de luto — tem um período de durabilidade, que termina quando as experiências quebradas adquirem nova vida por

meio do retorno à terra ancestral ou por meio da inserção do exilado na nova terra que o recebeu.

Ligia Chiappini Moraes Leite (1985) assevera que entre os fatos narrados e o público sempre existiu um mediador, alguém responsável por divulgar e tornar esse fato conhecido, o mediador entre as duas partes (o fato narrado e o público) é o narrador. Uma vez que

As histórias são narradas desde sempre. [...] no sentido de uma narração de fatos, presenciados ou vividos por alguém que tinha a autoridade para narrar, alguém que vinha de outros tempos ou de outras terras, tendo, por isso, experiência a comunicar e conselhos a dar a seus ouvintes atentos. Assim, desde sempre, entre os fatos narrados e o público, se interpôs um narrador (LEITE, 1985, p. 5).

Nas palavras da autora o narrador é o responsável por divulgar os fatos ocorridos em outros tempos, seja em outros lugares para o público, eis a relevância do papel do narrador. Entretanto, ao longo da História o narrador passou por alterações e ocultou-se na voz do personagem, como esclarece Leite, quando afirma que

No decorrer da HISTÓRIA, [...] as HISTÓRIAS narradas pelos homens foram se complicando, e o NARRADOR foi mesmo progressivamente se ocultando, ou atrás de outros narradores, ou atrás dos fatos narrados, que parecem cada vez mais, com o desenvolvimento do romance, narrarem-se a si próprios; ou mais recentemente, atrás de uma voz que nos fala, velando e desvelando, ao mesmo tempo, narrador e personagem, numa fusão que, se os apresenta diretamente ao leitor, também os distancia, enquanto os dilui (LEITE, 1985, p. 5-6).

Na opinião de Leite observa-se que o narrador passou por transformações ao longo da História, estas se assemelham com o desenvolvimento do romance quando o narrador é apresentado ao leitor, ora personagem, ora narrador ou ainda narrador e personagem ao mesmo tempo.

Para Leite, “Quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou. Por isso, NARRAÇÃO E FICÇÃO praticamente nascem juntas” (LEITE, 1985, p. 6). *Tropical sol da liberdade* é uma narrativa que se encaixa neste excerto, pois Lena é narradora e também personagem ao mesmo tempo, ela narra a experiência que viu, viveu, testemunhou, imaginou, sonhou e desejou, na condição de voz feminina que ressignifica a voz da autora textual. Não é só a experiência de Lena que está estampada na obra, mas também a experiência de muitos brasileiros, representados na obra pelos demais personagens que

viveram sob os rigores desse período conturbado de nossa História. Ana Maria Machado narra os fatos relacionados à ditadura, mas na perspectiva de Lena, desse modo, o que aparece em *Tropical sol da liberdade* são os efeitos da ditadura sobre a personagem em questão.

Na ficção o narrador é responsável por narrar a saga dos personagens e de todo o desenrolar da trama. Na obra em tela a narrativa é construída pela voz de Lena que é ao mesmo tempo narradora e personagem. Na obra literária o narrador pode ser identificado tanto, em primeira, como em terceira pessoa. Ou seja, ele pode apenas narrar a história, ou ele pode narrar e participar ao mesmo tempo do enredo.

Em *Tropical sol da liberdade*, a narradora e personagem Lena aparece com predominância de narradora em primeira pessoa do singular, pois, em partes da narrativa, ela sempre se refere a primeira pessoa do discurso, e também no emprego dos verbos que estão no tempo presente, como podemos evidenciar em alguns trechos. “Eu não vou poder vir sozinha no escuro...” (MACHADO, 2012, p. 6). “Lena achou graça e explicou: — Eu entendo. [...] eu não sou mesmo muito boa para escrever cartas, [...]” (MACHADO, 2012, p. 28). “Foi o mesmo que eu senti quando encontrei Honório depois de tantos anos, [...]”. “— Estou achando isso ótimo, mas confesso que é uma surpresa e um mistério que eu não consigo entender”. (MACHADO, 2012, p. 29). “Deu numa coisa que não combina com a lembrança que eu tenho de você”. (MACHADO, 2012, p. 30). “Eu nunca ia admitir isso, [...]” (MACHADO, 2012, p. 30).

Entretanto, no romance há também partes que se desenvolvem na perspectiva da terceira pessoa, e o uso dos verbos no passado, observamos pelo discurso da narradora Lena, no seguinte excerto: “A saúde estava em cacos, o trabalho que ela mais queria fazer estava proibido, o homem que ela amava estava com a outra, o filho com quem ela sonhava se escondia por detrás das curvas do infinito, as palavras que ela necessitava fugiam e se esfumaçavam” (MACHADO, 2012, p. 251).

Observamos, nestes excertos do romance, que o narrador narra o enredo e apresenta-o de modo que é marcado sob os dois tipos de narradores em primeira e em terceira pessoa, o que possibilita dizer que há um hibridismo de fala do outro na narrativa, alternando-se as pessoas do discurso e a concordância verbal, ou seja, ora, a narradora é apresentada em primeira pessoa, ora, em terceira pessoa.

Candido (2007) se refere aos personagens “Como seres humanos [que se] encontram integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores”

(CANDIDO, 2007, p. 45). Neste sentido, na opinião de Candido (2007), muitas vezes, os personagens “debatem-se com a necessidade de decidir-se em face da colisão de valores, passam por terríveis conflitos e enfrentam situações-limite em que se revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, demoníacos, grotescos ou luminosos” (CANDIDO, 2007, p. 45).

A personagem Lena se encontra imersa neste emaranhado de valores sociais, políticos do tempo da ditadura, sua postura é de quem defende a liberdade, manifesta-se contrária à opressão e às imposições autoritárias do governo militar que impõe valores contrários aos que Lena cultivava. Lena vive a situação-limite para qualquer indivíduo, pois ela é obrigada a deixar sua terra natal e exilar-se num país estrangeiro, para fugir às perseguições políticas e às torturas levadas a efeito pelo regime.

Estes aspectos são relacionados à vida humana. É a partir do exílio, que Lena se depara com as consequências de estar distante de seus ancestrais, o que resultará em conflitos os quais ela enfrenta. Como evidenciamos neste trecho da obra, “Era apenas uma mulher machucada que precisava se fechar numa toca e ficar passando a língua nas feridas até cicatrizarem” (MACHADO, 2012, p. 12). A personagem Lena se refere ao exílio como uma dor que fere a alma. “[...] e o exílio era só uma profanação que ficara distante no tempo. Lá longe, doendo num cantinho empoeirado da alma, com uma enorme pedra em cima” (MACHADO, 2012, p. 26).

Na opinião de Cruz (1999), é no país estrangeiro que “os conflitos vividos expõem o exilado a experiências dolorosas, [mas] criam também possibilidades de renovação, inovação, descoberta, transgressão, ampliação de horizontes” (CRUZ, 1999, p. 33). Nesse sentido, “O exílio também pode ser — e frequentemente é — o lugar da resistência, da comunidade da luta. Este é um aspecto positivo do exílio” (CRUZ, 1999, p. 35). No caso em questão, esse assunto é representado na saga de Lena, e de tantos outros brasileiros que, por resistirem à ditadura, por lutarem contra as imposições da polícia política, foram exilados. Em sua luta, havia a defesa da liberdade e, dessa forma, uma ameaça ao sistema de poder implantado pelo Governo Militar.

O problema do exilado não é a existência de um projeto sócio-político para a sociedade. Pelo contrário, seu projeto é individual e aponta para a recuperação das coisas que ficaram na terra ancestral quando teve que deixar o país. Sua permanência em terras alheias retrata a derrota desse projeto, ou os obstáculos para o retorno. Então o discurso do exilado é uma narrativa de fracasso, por se tratar de uma história que contém um objeto do desejo cuja conquista se dá em meio à ideologia da permanência

do mais forte e das armas que lhe são apontadas, o que redundava num olhar a si mesmo como um criminoso, mesmo não tendo cometido qualquer dano à pátria.

Cruz é de opinião que, quando falamos "em exílio, estamos lidando com o *exilado*, categoria moldada na subjetividade, na ambiguidade, na contradição. Dos exílios datados, surge a face subjetiva do personagem histórico" (CRUZ, 1999, p. 46. Grifo da autora). Aplicando-se essa assertiva ao contexto da discussão ora em andamento, entendemos que é a partir da instalação da ditadura militar que o exilado experimenta, no âmbito da situação vivida no Brasil desde 1964 até 1985, uma ruptura com sua identidade primária; isso porque é por meio da experiência que esse indivíduo viveu, nesse tempo em que se manteve afastado de seu país, que ele passou a inserir uma nova subjetividade na nova narrativa que, então, surgiu para dar conta de uma nova identidade oriunda da sua condição de estrangeiro acidental.

A narrativa contém, subjetivamente, as mazelas refletidas na vida do exilado, tanto interiores como exteriores desse período, carregado de dores, incertezas, angústias, saudades da terra de origem, dos familiares etc. Nesse sentido, a autora infere que "a estrutura cultural e psicológica e a personalidade do exilado serão essências na compreensão da maneira como o exílio será vivido" (CRUZ, 1999, p. 46). Desse modo, defende que relatar "a história do exílio e problematizá-la [simultaneamente], creio, é [também] conseguir entender esta dupla face, ao mesmo tempo, [de um lado] ambígua e [e de outro] complementar" (CRUZ, 1999, p. 47). Essa dupla face, inferimos que trata do indivíduo a respeito do que ele era antes de estar exilado, ou a primeira fase. E, agora, o indivíduo, depois de estar residindo num país estrangeiro, passa, dessa maneira, a ter contato com outras realidades sociais, culturais etc. Desse novo contato, conseqüentemente, constrói-se a segunda fase. Assim sendo, são esses dois lados da experiência do exilado, em seus diferentes aspectos subjetivos narrados pela voz dos personagens, que corroboram para a compreensão e explicação de como foi vivenciada a experiência longe de seu país de origem para esse indivíduo.

Costa (1980) aborda esse tema sob a perspectiva de uma experiência de vida narrada por mulheres que viveram concretamente em outros países. Desse modo, a obra de Costa é um testemunho que narra em seu bojo as diferentes opiniões e interpretações, especificamente, de mulheres que expõem por meio de depoimentos e entrevistas as experiências que tiveram durante o regime militar principalmente, quando estiveram exiladas. Experiências estas carregadas de revoltas, dificuldades, limites emocionais, afetivos, físicos, medos, incertezas etc. Os relatos, lembremos, são de quando essas

mulheres já estão vivendo em outros países, em terras estrangeiras. É a partir das vivências dessas mulheres exiladas que Costa, então, traz ao lume sua pesquisa, que reúne diferentes depoimentos de mulheres entrevistadas que contam sobre as experiências de exílio narradas na obra *Memórias das mulheres do exílio*.

Na opinião de Costa, uma das mulheres do mundo empírico que aparece, na obra, como entidade imigrante para ser entrevistada o que mais lhe causava dor na vida de exilada era o de sentir-se solitária, de estar sozinha: “A coisa que mais me pesava era a solidão, mas uma solidão total, não só porque ficava horas, muitos dias sem falar absolutamente com ninguém, mas também porque tinha que falar o mínimo possível com a maioria das pessoas” (COSTA, 1980, p. 294).

As palavras do depoimento da mulher entrevistada, que se encontra longe de sua terra, é um desabafo em que ela se queixa de sua dor, dor de estar e sentir-se sozinha, é uma dor que fere a alma. Nesse excerto, podemos observar o quanto seu estado emocional e afetivo é abalado, tanto na sua fragilidade, como na sua dignidade e, enfim, na sua condição humana. Ela ainda lamenta a impossibilidade de poder conversar com as outras pessoas como estava acostumada em seu cotidiano, agora, nessa nova realidade, só pode falar o necessário. Esse relato bem como outras afirmativas dando conta de situações similares, em que o indivíduo penetra na obra onde adquire vida ficcional tem o escopo de demonstrar que, na literatura, os fatos trazem ao lume a condição humana, nela o homem com seus sentimentos, suas necessidades, sua vida aparecem em toda vividez, já no texto historiográfico, o que interessa é o evento em sua amplitude, o elemento humano, com sua intimidade permanece na sombra, falar dele não é escopo do historiador, como o é do autor de obras literárias. Nos relatos dos depoimentos das mulheres exiladas, Costa (1980) descreve também os inúmeros obstáculos enfrentados por elas longe de sua pátria.

No exterior eu passei por coisas realmente muito, muito difíceis. [...] Isto sem falar no problema da língua! Falava o idioma do país que teoricamente era o meu, mas não falava perfeitamente bem. Então tinha que evitar falar minha língua e tentar falar a língua do país em que vivia com um sotaque determinado. [...] a espontaneidade tinha que estar sempre cerceada! Aí comecei a me preocupar com a perda de identidade. Porque o indivíduo que está exilado, mesmo no país mais reacionário do mundo, sempre encontra uma parte da população que o defenda. Ele pode assumir a identidade de exilado, pode falar com as pessoas do país onde está, contar um pouco o que fez ... Mesmo que não esteja integrado socialmente, não perdeu suas raízes, tem uma ligação com seu passado, com sua origem (COSTA, 1980, p. 295).

A língua é um traço que nos identifica como entes autóctones ou estrangeiros, ela pratica um ato de denúncia involuntária, indicando o pertencimento a uma ou outra realidade nacional, constituindo-se, assim, num aspecto que está inserido em nossa identidade, como uma marca que aprendemos naturalmente, assim como as outras habilidades que nos acompanham desde o berço, tais como chorar e andar. Certamente é por isso que no depoimento de Costa fica claro ser através do uso da língua que ela se dá conta de que começa uma mudança, uma interferência na sua identidade.

Na obra, objeto deste estudo, Lena narra sua vida num país estrangeiro, em Paris. As experiências são relatadas por meio de cartas, pois esse é o único instrumento pelo qual ela consegue manter contato com sua família, que morava no Brasil (Rio de Janeiro), conforme podemos observar, pelo recorte abaixo, quando ela escreve para sua mãe e para seus pais, e explica sobre sua estalagem.

Paris, 7.3.70

*Mamãe querida,
Está tudo indo bem, apesar da trabalhadeira inicial de instalação e do frio que não passa, embora já seja quase primavera. Mas tudo indica que vamos ficar por aqui, [...] As saudades são imensas, mas o alívio também. [...] Um beijo, Lena. (MACHADO, 2012, p. 218-219).*

Paris, 5.5.70

*Queridos pais,
Agora dá mesmo para sentir que a primavera está chegando e que esta cidade é linda, feito musical da Metro, apesar do mau humor e da agressividade de seus habitantes. Estamos instalados afinal, numa charmosa mansarda no meio dos telhados de um quinto andar sem elevador e, [...]. Beijinhos, Lena. (MACHADO, 2012, p. 219-220).*

A forma como sua vida adquire novos significados nas cartas transforma estas em peças literárias, pois são instrumentos que remetem para um quadro subjetivo de sensações e sentimentos. A excelência de seu sofrimento pintado com as cores de suas recordações, nas cartas, é como peças de uma autobiografia. Enquanto vai escrevendo sua vida nas cartas, transcreve os obstáculos com que se depara ao tentar instalar-se em algum lugar, descreve a saudade que sente de seus familiares, do clima de sua terra, do jeito das pessoas. Muitas vezes, enquanto ela vai dando conta do modo de ser das pessoas e da cultura que encontrou em sua diáspora, a ênfase sobre a linguagem é tão forte que paira a impressão de que o único elemento que mantém sua vida pulsante são as cartas; ou seja, a linguagem das cartas atesta que a vida é possível.

As cartas impedem que as lembranças morram. Uma vez que, as cartas é aquela parte da obra em que a personagem Lena revela seus medos, dúvidas, anseios, incertezas, angústias, alegrias etc., e esses sentimentos acompanham a personagem de ficção, pois é ela quem os sente e descreve por meio das cartas. Estas, adquirem, portanto, dimensão literária.

Outro estudioso a tratar da questão do exílio é Edward Said. Na sua opinião, a obrigação de deixar a pátria é comparada a uma fratura que não tem cura e que foi aberta entre o indivíduo e sua terra natal, como uma experiência carregada de dor, angústia e sofrimento. “O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada” (SAID, 2003, p. 46). Outro fato inferido por Said sobre a vida de um exilado é:

embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realidades do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (SAID, 2003, p. 46).

Nas aferições de Said, tanto a literatura como a história, ao narrarem fatos e eventos em epopeias arrojadas de seus heróis, que tiveram que abandonar a sua terra natal em busca de refúgio ante uma perseguição política, de algum inimigo, enfim, tanto uma como outra ação humana, trazem propostas e tentativas de superação da dor da separação entre o indivíduo e sua terra natal. Said observa que

o exílio não é compreensível nem do ponto de vista estético, nem do ponto de vista humanista: na melhor das hipóteses, a literatura sobre o exílio objetiva uma angústia e uma condição que a maioria das pessoas raramente experimenta em primeira mão; mas pensar que o exílio é benéfico para essa literatura é banalizar suas mutilações, as perdas que inflige aos que as sofrem, a mudez com que responde a qualquer tentativa de compreendê-lo como bom para nós (SAID, 2003, p. 47).

A literatura não passa ao largo da questão do exilado; ao contrário, ela manifesta uma postura participativa por meio da narrativa, dos personagens e da crítica utilizando os recursos expressivos da arte, desse modo, coloca em questão as condições dos indivíduos que viveram esta experiência para, então, na voz de personagens, captar essas realidades, para depois, através da imaginação e criatividade, trazer ao lume as

fraturas e seus aspectos imanentes, tanto interiores quanto exteriores, que ficaram marcadas na vida do exilado.

A propósito dessas postulações, na obra *Tropical sol da liberdade*, encontramos o que Reuter (2004, p. 16) afirma em sua análise da novelística dos séculos XVIII e XIX. Para ele esses séculos “apresentam uma importante encenação romanesca da felicidade, da infelicidade, da esperança, das lamentações, do tédio. O Eu afirma-se com sentimentos variados e misturados, emoções”. O gesto da personagem, quando deixa o Brasil, em busca da expatriação é marcado pela busca da felicidade perdida em face da ruptura da liberdade provocada pela ditadura, mas a solução que ela buscou trouxe o tédio causado pela vida fora de sua terra e de sua gente, pela identidade perdida. Eis uma condição existencial que, em pleno século XX, estabelece um arremate daquilo que Reuter expõe em suas considerações sobre o romance em séculos passados. Dessa forma, entendemos que a busca da felicidade é um aspecto que marca a saga dos personagens da ficção em todos os momentos da vida, haja vista que é essa busca que dá sentido ao viver no cotidiano em todas as eras e idades, sendo justamente o cotidiano com suas contradições e sofrimentos refletidos pelo romance.

O romance é, portanto, um instrumento de exposição de conflitos, ou, como afirma Reuter (2004, p. 16), “Em outro nível, os conflitos, sem dúvida, exerceram influências no romance. Estas tomaram formas muito diferentes” que variam no tempo, conforme os elementos que movem a sensibilidade do autor. No caso de Ana Maria Machado, o elemento da vida que moveu sua sensibilidade foi mais que a ditadura, foi o efeito desta na forma de sua partida para o exílio.

Por meio de sua obra, Ana Maria Machado pretendeu interferir na realidade. O exílio não foi apenas um acidente em sua história individual, ao contrário, ela o transformou num documento com o qual fez o relato de uma contradição, de modo a mostrar os caminhos que pudessem desenhar um novo mapa nas relações de poder; eis porque Reuter (2004, p. 17) opina que “os poderes da escrita [...] fazem dos romancistas interventores valorizados”. Mas em que nível e em que sentido se deu, no caso em tela a intervenção? A resposta é simples, basta olhar a densidade com que a autora reflete as contradições do poder autenticadas em seu sofrimento, quando se viu impedida de viver em sua própria terra. Nesse caso, como ela não foi a única a viver semelhante condição, aparece como figura que tipifica, em seu sofrimento, apresentado na saga da personagem Lena, o sofrimento de todos os que tiveram que buscar a mesma solução.

Said (2003) assevera que o conceito de nacionalismo é inerente ao exílio, quando o define como um pertencimento que, ao longo do tempo, foi sendo construído a partir das relações com familiares, amigos, trabalho etc. O nacionalismo, de uma certa forma, é como uma tentativa de superação dos danos interiores e exteriores que o indivíduo enfrenta para sobreviver em terras estranhas. Para Said (2003, p. 49), o “nacionalismo é uma declaração de pertencer a um lugar, a um povo, a uma herança cultural. Ele afirma uma prática criada por uma comunidade de língua, cultura e costumes e, ao fazê-lo, rechaça o exílio, luta para evitar seus estragos”.

Segundo ele, a construção dos primórdios do nacionalismo se deu pela implantação da situação de separação. Assim, a base do nacionalismo se fundamenta na obrigação de deixar sua pátria e seguir para terras alheias, fazendo adensar o sentimento de nacionalismo, pois este aumenta a partir de uma situação de separação. Said esclarece e justifica sua opinião quando diz que

O nacionalismo triunfante justifica então, tanto retrospectiva como prospectivamente, uma história amarrada de modo seletivo numa forma narrativa: todos os nacionalismos têm seus pais fundadores, seus textos básicos, quase religiosos, uma retórica do pertencer, marcos históricos e geográficos, inimigos e heróis oficiais (SAID, 2003, p. 49).

Na perspectiva de Said, o nacionalismo tem como base, primeiramente, a separação de indivíduos que deixam sua terra natal para, então, desbravar, conquistar, colonizar e explorar outras terras em outros lugares e, desse modo, serem obrigados a se exilar em terras estrangeiras.

Cardoso (2016) explica o porquê de muitos brasileiros serem obrigados a deixar o Brasil durante o regime militar, uma vez que, para ele, “Eles deixaram o país porque representavam, aos olhos da nova elite que havia assumido o poder, um risco para a estabilidade do sistema então dominante. A ameaça residia em sua postura crítica diante do novo *status quo*” (CARDOSO, 2016, p. 19).

A forma crítica desses brasileiros ao pensarem a realidade do Brasil durante a ditadura militar, quando manifestavam abertamente suas ideias, que eram contrárias às ideias e propostas do governo fez com que eles, com essa atitude de defender os direitos do povo brasileiro, representassem para o regime uma grande e temível ameaça ao seu poderio dominador. Assim, a solução imposta pelo governo foi levar esses brasileiros para fora do Brasil e exilá-los em países estrangeiros, para que, então, dessa maneira, pudessem garantir e assegurar a estabilidade, a autoridade e dar continuidade ao regime

ditatorial. Com essa atitude, o regime faz silenciar as vozes e os discursos de seus pretendidos antagonistas, isto é, de muitos que, de forma corajosa e destemida, se colocavam à frente para defender a liberdade e os direitos dos cidadãos brasileiros.

Em *Tropical sol da liberdade*, Lena não é uma personagem romântica, apesar de sua visão idealista. Ela pressupõe, em sua existência, a necessidade de batalhar em prol de um mundo melhor. Sendo assim, ela representa em sua saga existencial os aspectos culturais que marcam a formação brasileira em sua dinâmica histórica. Lena é, portanto, uma figura típica em cuja trajetória se percebe os sinais da identidade brasileira. Em certo momento de sua vida, Lena entra em choque com uma organização política que cerceia as liberdades individuais. Ela luta contra essa organização designada como Ditadura de 1964. Para recuperar e manter sua dignidade, a personagem em questão exila-se na Europa. Em sua saída do Brasil, ela não deixa para trás a formação cultural que constitui sua identidade, essa formação segue com ela e, no exílio, hibrida-se com a nova formação cultural encontrada. No exílio, Lena passa a falar de dois lugares, de duas línguas, de duas realidades, isto é, a personagem se torna identitariamente híbrida, porque adiciona à sua identidade de origem a outra que encontra na França.

O processo de transformação identitária da personagem representa processo similar de qualquer indivíduo, pois a identidade é dinâmica: modifica-se com o tempo.

CAPÍTULO III

EXPERIÊNCIA SUBJETIVA COM A HISTÓRIA, POR MEIO DO EXÍLIO, EM *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

A obra selecionada para o *corpus* deste estudo, — *Tropical sol da liberdade* —, está alicerçada sob os pilares da História e da Ficção. É por meio desses pilares que Machado narra, através da narradora e personagem Lena, a experiência que viveu durante a ditadura militar, no Brasil, nos anos de 1964 até 1985, e, mais efetivamente, os efeitos que esse período deixaram marcados em sua sensibilidade.

A História que a autora retoma, é construída pela memória, para narrar fatos que atingiram a ela e outras pessoas, no período do regime militar, estão adensados em documentos oficiais e em livros que tratam, especificamente, da História do Brasil. No caso em tela, no entanto, tais fatos são registrados a partir da memória, o que lhes confere o teor de subjetividade próprio do texto literário.

São, portanto, os efeitos deixados pela ditadura na memória pessoal da autora e a maneira como ela interpretou esses efeitos na nação que ela expôs a narrativa literária que é fundamentada nos dois pilares: a História e a Ficção. Assim, a ditadura é narrada a partir da visão da autora. É o seu olhar e seu modo de observar e interpretar os fatos que faz com que ela mostre e desnude as mazelas de um período da recente história.

É justamente essa maneira distinta de abordagem desse período da história que podemos já pensar sobre as diferenças e, simultaneamente, sobre as proximidades e os diálogos possíveis que há entre essas duas formas de narrar um fato ou um evento, os quais podem ser concretizados pela visão histórica ou pela visão literária. Ambas as visões vem sendo esclarecidas ao longo desta pesquisa, mas nunca é demais inserir novos esclarecimentos.

Podemos antecipar a conclusão de que a literatura brasileira, em sua interação com a História, transcendeu os limites da história oficial e contou a história de um povo, percorrendo trilhas poéticas e míticas. Um personagem reconhecido como existente na realidade concreta, quando passa a fazer parte de um texto ficcional, torna-se ficção naquele texto. Isso decorre de sua interação com os outros personagens não reconhecidos na realidade, isto é, com personagens ficcionais, o que induz ao conceito de imigração da realidade histórica para a ficcional. Ao imigrar da vida para o romance, o personagem ou o acontecimento passa a ser ficcional, mas não se despe de seu

conteúdo de referencialidade. Nesse momento tanto o personagem como o acontecimento conduz a História para a literatura. Sendo assim, as inúmeras personalidades da vida real que foram próceres da ditadura e que se encontram citadas na obra não transformam esta em relato historiográfico.

De certa maneira, o modo como Ana Maria Machado expõe sua experiência indica seu fervor pela causa social, haja vista que a obra em questão preencheu os silêncios da História, através da ação e das personagens imaginárias, no Brasil, denunciando as condições subumanas do homem.

Tropical sol da liberdade, mescla o diálogo entre História e Ficção por meio da memória, assim, a discussão sobre este conceito é de extrema relevância para a compreensão de leitura e análise de nosso trabalho, pois a personagem Lena narra sua saga a partir dos sinais que a ditadura produziu em sua vida. Assim sendo, a memória é um conceito crucial para o desenvolvimento desta pesquisa, haja vista que é, por meio da memória, que a personagem narra sua trajetória e deixa sua visão expressa na narrativa do tempo e dos transtornos marcados pela ditadura. Portanto, a memória é o resultado da atualização para a vida da personagem dos fatos históricos apensos à ditadura militar de 1964.

O que a obra relata não é, dessa forma, uma história da ditadura, mas a memória que o regime militar produziu na sensibilidade autoral. Para toda a coletividade houve a ditadura, para Lena, personagem de ficção, a ditadura se deu na forma do exílio e é como tal que aparece em sua vida, isto é, a autora utilizando-se da memória, além de narrar a sua trajetória individual, narra a memória de muitos brasileiros que viveram e sofreram com os transtornos do Governo militar. Desse modo, na obra em tela, observamos que, no enredo da narrativa, há representação tanto da memória individual como da memória coletiva.

As considerações supracitadas nos autorizam afirmar que em *Tropical sol da liberdade*, a ditadura é transformada em ficção, pois a memória, como expressão de uma reação pessoal e, portanto, subjetiva, tem o condão de transformar em ficção os fatos concretos que exercem influência sobre a identidade do sujeito.

No romance em questão, a memória é responsável pela retomada de um passado e, ao mesmo tempo, há a reconstrução desse passado histórico, quando o Brasil foi governado pelos militares. Assim esse passado não poderá ser esquecido, mas sempre retomado na medida em que se torna conhecido pelos leitores de hoje, que não viveram

a ditadura, mas que podem, conhecer, pensar, analisar e, conseqüentemente, tomar posse cognoscitiva desse tempo histórico passível de novas reflexões e interpretações.

A memória é a habilidade de resgatar um fato, um acontecimento, que, mesmo memorizado, estava deixado de lado, mas, graças a ela, é possível recuperar os fatos ou acontecimentos de outrora. Segundo Rossi (2010), na concepção de Aristóteles, a memória tem um referencial no tempo. Rossi entende que, para “Aristóteles, a memória precede, cronologicamente, a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal” (ROSSI, 2010, p.15).

Em sua opinião (de Rossi), resgatar a memória é também fazer uma seleção do que pode ou deseja que seja ou não recuperado, para depois, então, ser narrado, além de ser contextualizado com o tempo presente. É em razão dessa inserção da subjetividade no fato histórico, a partir da seleção daquilo que pode e deve ser narrado, que a história se torna ficção.

Trazer de volta a memória de um fato ocorrido significa retomar um conhecimento ou uma experiência que foi vivenciada antes. Retomar a memória é como um exercício que a mente faz, como se fosse uma escavação de conteúdo ou assuntos da alma, espécie de pesquisa de experiências que o indivíduo vivenciou, podendo se tratar de assuntos mais íntimos, pessoais e subjetivos.

Rossi assevera que a memória é ancorada numa exigência do presente, quando afirma que ela “faz com que todos os dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura sempre o passado [tendo] por base as exigências do presente” (ROSSI, 2010, p. 28). Assim, a retomada ao passado é baseada conforme o presente exige. Nesse caso, há uma seletiva do que é divulgado desse passado, pois é a visão da memória pessoal diante dos acontecimentos; assim sendo, o passado que vem à tona não é totalmente semelhante ao que ocorreu, mas é um passado parcial, complementado com as opiniões e visões do indivíduo que narra sobre ele por meio de sua memória. Entretanto, o autor que narra a memória desse passado consegue manter os sentidos do ocorrido de forma coerente e consistente como tal. É claro que esse processo se dá de modo a não se eximir de fazer algumas interferências e intervenções na narrativa, afinal, ele se vale de um ponto de vista, diante da experiência pessoal. De acordo com Rossi a memória pode ser individual e coletiva; pois

Não existe só a memória individual. Todos os que dedicam a lembrar e a fazer os outros lembrar de pedaços conscientes de um passado mais ou menos distante sabem que o passado é um ‘país estrangeiro’, sabem que ele deve ser reconstituído na fadiga no decurso de cada geração (ROSSI, 2010, p. 30).

Ambas as memórias, individual e coletiva, contribuem para que o passado não seja esquecido, mas retomado, para ser refletido, criticado, analisado e carreado de diferentes interpretações. Segundo o autor, a memória pode, ainda, ressurgir de um passado esquecido. “Ressurgir de um passado que foi apagado é muito mais difícil que lembrar de coisas esquecidas” (ROSSI, 2010, p. 33). Em nossa interpretação há sempre uma razão para apagar o passado e que não implica esquecimento. Ele continua a existir. Vem daí a possibilidade de resgatá-lo para além da memória individual.

Na perspectiva de Branco (1994), a memória pode ser construída também através da representação verbal, isto é, da linguagem. Assim,

Para que se construa sem problemas a ilusão do resgate do real, essa concepção precisa desconhecer que, sob o gesto de se debruçar sob o santuário do passado e de lá trazer seus tesouros ao presente, um outro gesto se efetua: o da linguagem. Só através dele as imagens podem oferecer-se ao pensamento que as recorda, como pretende o autor. Este inevitavelmente caminha em direção ao que ainda não é, a uma instância futura que, no entanto, é presentificada no momento em que se constrói: a representação verbal, a linguagem (BRANCO, 1994, p. 24-25).

O percurso do caminho que leva ao passado, e, depois de lá, permite poder pesquisar e trazer informações relevantes ao presente é possível graças à representação verbal e à linguagem, uma vez que ambas são formas para se construir a memória, refletir e compreender sobre o passado. A autora assevera que

desconhecer que o tempo apesar de linearidade que lhe é atribuída constrói-se de descontinuidades, saltos e rupturas, que é em meio aos interstícios desses deslocamentos, em meio às brechas que se abrem nas malhas desse tecido, que se dá o processo da memória (BRANCO, 1994, p. 25).

Resgatar o passado para, então, poder compreender a memória é levar em conta o fator tempo que é, simultaneamente, um tempo ora linear, ora não linear.

Pinho (2011) afirma que “entre os dois modos de representar o passado. [Está] o muro entre a racionalidade da ‘operação historiográfica’ e as dimensões subjetivas e emocionais, portanto ‘irracionais’, atribuídas à memória” (PINHO, 2011, p. 13). Na sua opinião, esta separação,

têm se desfeito sob o impacto de maduras reflexões e pesquisas de numerosos historiadores. Jacques Le Goff é um deles. Seu vasto painel, intitulado *História e Memória*, promove a síntese dos conhecimentos no campo da historiografia de modo a evidenciar que nem tudo é história, mas a indicar que tudo que diz respeito ao homem pode ser tratado em perspectiva histórica, inclusive a memória, reservando a esta o duplo papel de sujeito e objeto do conhecimento histórico (PINHO, 2011, p. 13).

Em suas palavras, ao refletir sobre o homem em suas condições e dimensões humanas, a história pode ser um caminho possível de conhecimento, leitura, análise e interpretação. A memória também é outro caminho que leva a compreender as dimensões que carregam o homem em suas trajetórias existenciais. Pinho assevera que é “Sob este ângulo, [que] os suportes da memória são redimensionados. Entre eles estão os romances, passíveis de variadas e múltiplas leituras” (PINHO, 2011, p. 13). Dessa maneira, para o autor “Um breve exercício de leitura de algumas obras literárias, tomadas como peças memórias, mostra como história e memória podem fecundar-se reciprocamente” (PINHO, 2011, p. 13).

Ana Maria Machado, no romance *Tropical sol da liberdade*, apresenta, de um lado, a História, pois a narrativa é sobre a ditadura e, de outro, está a memória, isto é, a memória individual e também a coletiva, quando ficcionaliza os efeitos da ditadura em vida pessoal. Entretanto, a autora não somente narra a sua história, mas vai além de seus limites pessoais e retrata também a história de inúmeros brasileiros que viveram na pele os transtornos desse tempo ditatorial. Assim o texto em questão neste estudo narra os efeitos da ditadura por meio da ressignificação da memória.

Tropical sol da liberdade é uma obra que contempla a memória e a história, entretanto, é por meio da ficção que Machado constrói a narrativa a partir dos fatos da história e que são retomados pela memória. É, portanto, com o trabalho da ficção que o enredo ganha vida, seja por meio da criação dos personagens, dos espaços, dos diálogos e das ações dos personagens, e que, dessa maneira, a autora constrói o processo de ficcionalização do fato histórico, além de ressignificar a memória, quando retoma o passado e o torna presente, por meio da ficção. Assim, nos atrevemos a concluir que a obra em questão é ancorada sob os três campos: história, memória e ficção. Na perspectiva de Pinho,

Jacques Le Goff (1992, p. 447), ao concluir um dos capítulos de *História e Memória*, arremata a questão e estabelece a zona de intersecção entre os dois modos de representar o passado: ‘A

memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens' (PINHO, 2011, p. 22).

Essas assertivas de Pinho dão conta de responder ao trabalho de Machado, apresentado em seu romance *Tropical sol da liberdade*, que retoma a ditadura militar como um fato histórico que representa o passado, e, dessa maneira, a autora, por meio da personagem Lena, então, como diz Pinho, nas palavras de Le Goff, “procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Em tese, é o que Machado trabalhou e concretizou na escrita de seu romance, ao preservar e/ou registrar a ditadura para ser lida, pensada e, por extensão, analisada de forma crítica por leitores do momento presente e futuro, para, então, não ser esquecida, mas, lembrada, repensada e, quiçá, ainda, não mais ser repetida essa forma de governo atroz e desumana. Observamos, ainda, que Ana Maria Machado, no romance em tela, não está apenas contando sua história, mas através da arte literária, (re)produzi-la.

No recorte abaixo, a memória dos personagens é registrada em alguns diferentes suportes, como por exemplo, cartas, jornais e cadernos que Lena guardava em uma pasta. A personagem Amália, que na narrativa é mãe de Lena, percebe que a filha não estava bem, pois havia encontrado essa pasta e revirado seus guardados. Ao remexer nesse material, Lena se lembrava dos fatos ocorridos, mas, junto com as lembranças, estavam também a dor e o sofrimento que eram inseparáveis dentro dela.

O que a teria deixado tão abalada? Aqueles papéis em que ela andava mexendo tanto... Abriu a pasta e olhou. Cartas velhas, recortes de jornal, cadernos, papéis soltos. Acabou pegando umas folhas datilografadas, grampeadas, era a coisa mais fácil de levar, um volume só. Fechou a pasta novamente (MACHADO, 2012, p. 229).

Lena expressa sua subjetividade, seus sentimentos, quando rememora seu passado, pois ela “trazia as visões, o delírio, a memória. O sonho e o pesadelo, dentro de si mesma” (MACHADO, 2012, p. 136) e comparava o retorno das lembranças a um tecido que, para ser trabalhado e bordado, é preciso que se baseie na memória para não se perder no esquecimento. “Também não sabia que o sonho é tão tecido de realidade, que o bordado do desejo só existe nele se estiver apoiado no pano da memória, para não ficar flutuando no ar” (MACHADO, 2012, p. 137). Lena ainda compara o retorno ao passado como uma surra. “Não deixava de ser uma surra, pensou. Moída pela pancada da memória” (MACHADO, 2012, p. 247).

Na narrativa do romance, Lena relembra, através de fotografias, sua infância no tempo do colégio, a memória é capaz de voltar até mesmo aos tempos de criança: um tempo feliz, alegre e animado. Como Lena descreve:

Agora as fotos do tempo de colégio misturava tudo a isso. A animação dos ensaios e o teatrinho de fim de ano. As poses compenetradas no dia da audição de piano, os meninos de terninho, as meninas de vestido de organdi com raminhos de flores artificiais azuis e róseas enfeitando a faixa na cintura (MACHADO, 2012, p. 93).

Ao longo do enredo da narrativa, há um elemento destacado por Machado, que é o espaço da casa de praia: seu único refúgio para se recuperar do trauma da ditadura, do exílio e tentar recuperar sua saúde, tanto em seu estado físico como seu psicológico, emocional, afetivo.

Mas havia a casa de praia, refúgio confiável, com o carinho clandestino da mãe e esse chão da infância, querência permanente, pátria a qual se podia voltar de qualquer exílio, sem choques. E isso era um privilégio, uma benção. Recarregava as baterias e a obrigava a se pôr de pé em seguida (MACHADO, 2012, p. 251).

O ambiente da casa de praia é um lugar especial para Lena, que neste momento, se encontra frágil e debilitada. É neste ambiente onde ela, então, encontra e consegue buscar forças para superar seus traumas e desafios.

Na primeira página do romance, a narrativa inicia com a descrição sobre a memória de sua infância com sua família na casa de praia que, dessa vez, é comparada a uma galinha que protege seus pintinhos, principalmente na hora da chuva, a hora mais precisada. “A casa era sólida e ensolarada, com suas janelas abertas ao vento e suas varandas cheias de redes. Acolhedora como uma galinha abrindo as asas para abrigar os pintinhos na hora da chuva” (MACHADO, 2012, p. 11). Na mesma página e na seguinte, Lena continua a repetir a descrição da casa: “A casa era sólida e ensolarada, isso a mulher sabia desde sempre” (MACHADO, 2012, p. 11-12). Nas demais páginas, ela continua a reforçar: “Por isso é que a casa era sólida” (MACHADO, 2012, p. 18). Lena reafirma que a casa era resistente “Sólida e ensolarada como a casa, com a qual fazia um par tão harmonioso e bem proporcionado. Sombra protetora” (MACHADO, 2012, p. 20).

A descrição do espaço da casa na narrativa é, para a personagem Lena, como um lugar de refúgio seguro, protetor, escolhido por ela para ser seu porto seguro, tranquilo,

onde ela poderia se restabelecer da fratura física de seu pé quebrado e recuperar sua saúde que, por ora, estava fragilizada.

Tinha todos os lugares do mundo para fazer isso. Nem ela mesma sabia por que escolheu a casa. Talvez quisesse colo de mãe. Mas seria surpreendente admitir isso. Não sabia pedir e a mãe não sabia dar. Mas quando surgiu a vontade de vir, veio. Tinha que significar alguma coisa. Tudo significava. Até o pé quebrado [...] (MACHADO, 2012, p. 12).

A memória carrega, portanto, em seu arcabouço, reminiscências de tempos felizes, conforme podemos perceber nesse outro excerto.

Quando era criança, tinha sido motivo de farra e alegria. Juntar montes de primos e amigos nas férias, dormindo em quartos apinhados de beliches, redes, esteiras no chão. Depois, adolescente, também foi divertido – chegar de festas bem tarde, todo mundo conversando no escuro em voz baixa de madrugada, com cuidado para não acordar os pais ou os irmãos menores em outros quartos. Mas desde sempre a menina também soubera que isso tinha o preço de estar o tempo todo sendo invadida. A casa sempre tinha lugar para mais um. E acabava não sendo lugar dela (MACHADO, 2012, p. 11).

Entretanto, além da descrição de um tempo feliz, alegre como a infância, a memória, para a protagonista Lena, carrega também as experiências de um tempo de fragilidades, tristezas, angústias.

A memória revela a relação da personagem Lena com a história, isto é, com a ditadura militar no Brasil, que ela presenciou, da qual participou de forma ativa em movimentos e manifestações em luta da defesa em prol da liberdade e pelos direitos dos cidadãos brasileiros. Lena é uma personagem que se envolveu com o contexto político de sua época, se mostra como uma personagem engajada contra o regime dos militares, que, a qualquer custo, impunham seu autoritarismo.

Dessa maneira, sua memória é uma experiência com a história de forma subjetiva, pois é a partir da vivência pessoal de Lena, durante o governo militar, que ela descreve essa relação marcada de angústia, medo, tensão e opressão, e retorna ao passado, um passado histórico que ela viu e viveu. No recorte seguinte, podemos evidenciar a memória da ditadura.

Logo no dia seguinte, houve manifestações de rua em protesto, uma porção de distúrbios, barricadas, corre-corre e pancadaria pelas ruas do centro da cidade. Coisa violenta que acabou com quatro mortos e dezenas de feridos. Lena lembrava ainda da primeira página do Correio da Manhã, as fotos impressionantes, a imprensa chamando a

cavalaria da polícia Militar de “Cavaleiros do Apocalipse”, batizando aquele dia de Sexta-Feira Sangrenta. A cidade ficou chocada. Dois dias seguidos de tanta violência, ninguém podia ficar indiferente. Todo mundo achava que era preciso acabar com aquilo de alguma maneira, o Rio de Janeiro não era uma cidade assim, o país não podia ser assim (MACHADO, 2012, p. 94).

Neste trecho da narrativa, observamos que é pela memória que a personagem também expõe sua visão do fato ocorrido, quando foram mortas quatro pessoas e muitas ficaram feridas. Lena se sente indignada com essa situação e a ação da polícia violenta no Rio de Janeiro. Em sua opinião, ela defende que a cidade do Rio não era tão violenta.

Nas reminiscências do recorte abaixo, Lena mostra sua indignação diante das ações e reações do regime militar frente às manifestações que buscavam defender os direitos da liberdade de expressão.

- Isso não pode ficar assim!
 - A gente tem que mostrar que não está de acordo...
 - Desta vez, eles passaram dos limites.
 - Isso não se faz, assim foi demais!
 - Temos que defender os nossos meninos.
 - Acho que devíamos mandar um telegrama de protesto.
 - A quem? Ao governo? Ao presidente? Aos milicos?
- (MACHADO, 2012, p. 94).

O percurso da memória nos possibilita o acesso a dois espaços na narrativa, de um lado, a protagonista Lena revela a casa de praia, onde ela retorna, agora, em outro tempo, já adulta. Esse espaço físico é o lugar para ela se recuperar dos problemas de saúde e também dos psicológicos, afetivos, emocionais oriundos do tempo do governo militar.

A memória nos apresenta o tempo da infância que Lena viveu, um tempo feliz, divertido e alegre junto com a família, os primos. Dessa maneira, em *Tropical sol da liberdade*, a memória nos permite conhecer os dois espaços da trajetória da vida de Lena, o espaço físico, a casa de praia, lugar seguro e um tempo feliz, e o lado psicológico, quando ela se questiona, ora com a mãe Amália, ora consigo mesma, revelando-nos seus anseios, angústias, tristezas, superações, medos, decepções e conflitos interiores e exteriores, quando ela retorna a esse lugar, à mesma casa, entretanto, agora, para tentar recuperar sua saúde física e psicológica.

Candido (2007) assevera que “o grande arsenal do romance é a memória, de onde extrai os elementos da invenção, e isto confere acentuada ambiguidade às personagens, pois elas não *correspondem* a pessoas vivas, mas *nascem* delas”

(CANDIDO, 2007, p. 66-67. Grifos do autor). Nas palavras de Candido a memória é a fonte principal de onde o romancista retira os componentes da imaginação criadora para elaborar a narrativa. Aproveitando a exposição de Candido, verificamos que, neste trabalho, a memória garante o caráter ambíguo das personagens, haja vista que Lena, aqui e ali, se confunde com a autora textual: Ana Maria Machado.

O primeiro momento em que a ficção tomou a si a tarefa de resgatar um momento histórico se deu na era das grandes epopeias que são textos voltados à narração de fatos históricos ocorridos no passado. A epopeia traz à tona os aspectos positivos, tais como fatores de ordem moral: coragem, astúcia, altruísmo, liderança de pessoas exemplares que possam servir de modelo para o crescimento positivo de toda a comunidade. A partir daí desenvolveu-se a prosa de ficção, esta reproduz, no âmbito da estética, o que ocorre no mundo histórico e, quiçá, ideológico de sua emergência; isto é, aquele mundo que existe, na sua forma empírica, à época em que o texto foi escrito. Só daí dá para se entender o papel da ficção no processo de resgate de um momento histórico. Toda obra literária, salvo notáveis exceções contribuem para explicar a sociedade de sua época, porque traz os costumes a indumentária padrão, as gírias, enfim, o modo de viver daquela sociedade. Entretanto, há obras literárias que buscam um fato histórico específico e o imigram para o texto onde recebe tratamento humano. É esse o caso de *Tropical sol da liberdade*.

Tropical sol da liberdade é uma narrativa de autoria feminina cuja narradora e personagem principal também é uma mulher, representada por Lena.

Zinane (2010, p. 51) discute sobre a literatura de autoria feminina, na sua opinião, “as mulheres do passado abriram um caminho importante que deve ser perseguido na contemporaneidade. [...] Portanto as mulheres devem ter força e coragem para seguir por elas próprias e realizar a sua literatura” (ZINANE, 2010, p. 51). É o que Ana Maria Machado fez, como escritora, pois rompeu as barreiras do preconceito e narrou a ditadura sob o viés da ficção e, assim ela segue pelo caminho já trilhado por outras escritoras que lutaram e ocuparam espaço e valorização na produção literária de autoria feminina.

Nos estudos de Zolin (2009, p. 335) sobre a literatura de autoria feminina especificamente no Brasil a autora afirma que

se as vozes femininas, assim como as vozes das minorias étnicas e sexuais, estiveram por tanto tempo silenciadas no âmbito social e, conseqüentemente, na literatura, o final do século XX assistiu a uma

considerável reviravolta nesses domínios: o reconhecimento institucional da existência da literatura escrita por mulheres como objeto legítimo de pesquisa (ZOLIN, 2009, p. 335).

Nas palavras de Zolin, historicamente é no final do século XX que a literatura de autoria feminina conquista seu lugar e é reconhecida institucionalmente pelos cânones literários como fontes que podem servir como objetos de pesquisa. Para a crítica,

No entanto, resta ao pesquisador e ao professor de literatura fazer com que essas vozes ‘outras’ sejam ouvidas não apenas entre eles próprios, nos limites de reuniões acadêmicas, dos grupos de trabalho e dos seminários que se debruçam sobre a temática ‘Mulher e Literatura’, mas também nas salas de aula, numa atitude de renovação e não de perpetuação de ideologias hegemônicas, como a patriarcal (ZOLIN, 2009, p. 335).

A autora deixa claro sua crítica para os pesquisadores e professores que são os responsáveis em disseminar e divulgar a literatura de autoria feminina, literatura esta que constitui objeto e fontes de pesquisas, e outras ações científicas que abordem o tema mulher e literatura. Zolin (2009) afirma que “Relativizando ainda mais a ideia de que a literatura de autoria feminina se debruça exclusivamente sobre temáticas memorialistas, autobiográficas, com ênfase no universo doméstico e no eu, com ênfase nas relações de gênero e na opressão da mulher” (ZOLIN, 2009, p. 334).

Tropical sol da liberdade é um romance que referencia as palavras de Zolin, pois é uma obra de autoria feminina, a narrativa explora o tema da ditadura, evento histórico, por meio da memória, em que a autora narra os efeitos desse contexto político, na voz da personagem Lena e que trata das relações de opressão da mulher.

CAPÍTULO IV

TROPICAL SOL DA LIBERDADE: A HISTÓRIA QUE SE TORNA MITO

O romance *Tropical sol da liberdade* traz em seu bojo narrativo a representação da História por meio dos enredo narrado pelos personagens, em determinado tempo, há um espaço em que transcorrem os fatos, os conflitos do regime militar. O narrador, juntamente com os personagens, são os responsáveis por contar os efeitos que viveram e sentiram, durante a ditadura, é no enredo que está o ponto de vista deste período conturbado e narrado através dos fatos e seus efeitos na voz de Lena.

Historicamente, ao longo dos séculos, o romance vai adquirindo legitimidade enquanto gênero literário e conquistando *status* artístico além de, é claro, se tornar fonte de discussões, é também, fonte de conhecimento. Contudo, para Reuter, durante os séculos XVII até o XIX é que o romance desenvolve a sua constituição e reconhecimento de legitimidade artística. Assim, “O romance também tirará proveito de sua aptidão para apropriar-se dos novos valores ligados às mutações sociais. Aparece como gênero da *liberdade*, escapando à submissão às antigas regras e permitindo a *inovação* formal ou temática” (REUTER, 2004, p. 11).

Essa aptidão do romance em apropriar-se de novos valores e das transformações sociais é vista como a inserção da realidade no romance, haja vista a postulação de que ele é o gênero da liberdade, o romance vai além e dessa maneira amplia e estende suas formas e temas, mais inovadores, pois alia-se à realidade. Além disso, o romance

A priori sem limites, pode falar tanto do *indivíduo* (toda a literatura do Eu) quanto do *social*. Pode ainda abarcar a ideia de *progresso* por seu engajamento ou a crítica social, pela produção de uma visão de mundo que ele quer precisa e exaustiva (o realismo), depois científica (o naturalismo). Deste ponto de vista, o século XIX é época onde o *romance se constitui como referência* (REUTER, 2004, p. 11. Grifos do autor).

O mais certo seria enfatizar que o romance como texto que referencia o social, o indivíduo, o engajamento ou a crítica social com sua visão de mundo não se limitou ao século XIX e sim, a partir do século XIX. O romance se torna, portanto, “instrumento de conhecimento. [...] O problema — é verdade — era grande: o reconhecimento do romance e a produção de um modo de escrever e de ler o mundo que serve ainda hoje,

em grande parte, como referência” (REUTER, 2004, p. 11). Nessa última postulação de Reuter, podemos identificar a obra *corpus* deste estudo.

O romancista procura desnudar as nuances, de forma particular as que oprimem o homem. Essas considerações nos levam a identificar no romance *Tropical sol da liberdade*, justamente essas questões que dizem respeito ao homem e ao contexto em que ele vive. No caso em tela, Ana Maria Machado trata, nesta obra, do homem ou de vários brasileiros que viveram e sofreram em face do contexto político, histórico e social da ditadura militar.

Em troca de uma falsa segurança, podemos indagar: Qual é o homem que, ao estar em terras estrangeiras, se sente seguro? A segurança é parcial, neste novo e estranho lugar, pois, pelo menos, estaria protegida da polícia política, da prisão, da tortura e da morte. Machado narra sua saga por meio da personagem Lena, que é obrigada a exilar-se em terras estrangeiras, para sobreviver longe das armadilhas do governo militar. Desse modo, o romance não está, jamais, distante da realidade social, e muito menos do homem, como pensavam os antigos, ao contrário, o romancista coloca essa realidade em xeque, quando esta vem ao lume em suas dimensões de mostrar horizontes que traçam rumos que seguem para a libertação do homem e não levá-lo a outros rumos que seguem somente para o caminho da opressão, da marginalidade, da dominação.

Diante do exposto, entendemos que o *corpus* em estudo nos permite observar que, no romance, as qualidades e anseios de Lena (mulher, jornalista, que conta sua história pessoal durante o exílio). Sua história é similar a história dos brasileiros que viveram a realidade no país governado por militares que buscam manter sua posição pela força. Durante a narrativa, as ações, atitudes e diálogos de Lena e dos demais personagens mostram essa realidade que atingiu toda a sociedade e marcou para sempre suas vidas, afetando seus estados emocionais, psíquicos, afetivos, morais, sociais, culturais, identitários.

O romance *Tropical sol da liberdade* atualiza e recupera a questão do engajamento do romancista diante de conflitos sociais. Para Reuter,

no século XX, a questão do *engajamento* será uma das mais debatidas, de acordo com as diversas modalidades. Frente a conflitos sociais, políticos, nacionais, pode e deve, o romancista, engajar-se, afirmando seu poder sobre a sociedade mas arriscando-se a submeter-se [de um lado] a imperativos externos, ou [de outro lado] deve ele lutar dentro

do espaço artístico, [e] fazer revoluções essencialmente formais? (REUTER, 2004, p. 17. Grifo do autor).

As implicações que circundam o engajamento do romancista frente a conflitos sociais o levam a estabelecer relações com o realismo, com o leitor e com as finalidades, como, de resto, fizera Ana Maria Machado, quando trouxe para o âmbito da prosa de ficção um fato histórico, recuperado como memória, mas com suas contradições. Tal fato foi submetido à crítica e à análise, visando construir uma alternativa que contemplasse as formas de superação da condição exposta; isto é, que as fraturas provocadas pela ditadura militar pudessem ser curadas, em duas fases, com o fim desse sistema de governo e com o ressarcimento existencial, moral e econômico dos entes que tiveram que abandonar o país, ou que, tendo ficado, perderam bens e parentes. O romance em questão atende, de pronto, à seguinte postulação de Reuter:

os conflitos e as guerras engendram temas específicos na ficção (histórias de guerra, críticas, valorização de seu campo, denúncia do outro...), mudanças sociais (mutações econômicas e nos costumes...) que emergem nos textos... Suscitam personagens desesperadas, em busca de explicações, dilaceradas pelas dúvidas... (REUTER, 2004, p. 17).

Eis uma postulação direcionada à produção romanesca que aproveita fatos históricos e os transforma em narrativas ficcionais, mas que representa a saga de Lena pela Europa, quando de sua fuga desesperada do Brasil, em busca de refúgio contra as investidas dos militares.

“As transformações demográficas, econômicas, sociais e técnicas, que modificam o mundo e a existência, não deixam de ter repercussão no romance” (REUTER, 2004, p. 18). Essas alterações nesses diferentes contextos são visualizadas e materializadas nas ações e nas falas dos personagens em seus amplos e complexos modos de representação e de expressar, sejam interiores (emoções, pensamentos, sentimentos, relacionamentos pessoais, sociais, etc.) ou exteriores (pessoas à sua volta, lugares, trabalho etc.).

Aplicando as constatações de Reuter à obra *Tropical sol da liberdade*, concluímos que se trata de um romance contemporâneo engendrado nessas caracterizações e descrições que o regem como gênero artístico-literário, social etc. Podemos esclarecer que a autora é uma romancista engajada, pois a sua matéria para a escrita é a Ditadura militar no Brasil de 1964. O tempo da narrativa circunda durante o

período em que esteve exilada, em terras estrangeiras, então, ela narra por meio da personagem Lena os efeitos que esse período imprimiu em sua vida.

Ana Maria Machado não se conformava e não consentia com o contexto social, político, econômico, histórico de seu tempo de opressão, perseguição, quando as liberdades eram cerceadas. Era o tempo da censura e, por isso, através do romance em questão, a autora pôde expressar suas indignações, revoltas, críticas, reflexões, ao atribuir voz e vez a Lena para narrar sua história.

No romance, Machado mescla os dois pilares que já mencionamos anteriormente. De um lado, a História e, de outro, a Literatura. A Ditadura militar é um evento histórico, pois está também registrado e documentado na história e também está presente no romance que estamos estudando, registrado pela literatura. Nesse sentido, as discussões a seguir se pautam na assertiva de que existem pontos que aproximam esses dois conceitos e pontos que os distanciam, lembrando que história e literatura são também duas diferentes formas de narrar e interpretar um evento.

Ana Maria Machado, em *Tropical sol da liberdade*, assume as vozes que dentro dela ficaram silenciadas e indignadas diante do contexto do regime vigente no Brasil. Essas vozes silenciadas remoíam dentro de si e provocavam dor e revolta. Essa solução estética é explicitada por Cardoso, quando afirma que

O romancista preenche esse silêncio por meio de ações de seus personagens. [Pois,] Cria-se uma macrorrecepção em que, antes de o leitor contemplar os silêncios das narrativas ficcionais, [quando] o autor, reconhecendo-se na história e sentindo-se participante desta e solidário com a condição humana, completa, na ficção, os vazios das narrativas historiográficas (CARDOSO, 2016, p. 61).

O compromisso com o homem, que a literatura estabelece é também o compromisso que Machado expressou em *Tropical sol da liberdade*, quando se empenhou em escrever e narrar as condições que ela e os brasileiros viveram durante o regime militar e que na obra em tela estão representadas pela personagem Lena e os demais personagens.

Nos estudos de Tatiane Santos Araújo em *Os cus de Judas: Diálogos entre História, Memória e Ficção*. A autora afirma que

Tanto a biografia quanto a história, além de tentarem persuadir o leitor de uma verdade narrada, supõe uma pesquisa de fontes. Contudo, quando busca despertar no leitor a ilusão de que os fatos ocorreram da mesma maneira como estão sendo narrados, a biografia associa-se à literatura, à ficção (ARAÚJO, 2011, p. 118).

Nesse sentido, ao narrar sua história pessoal, Ana Maria Machado não se limitou a, simplesmente, escrever a biografia de sua vida, ou sua autobiografia, ela fez uma obra de ficção, pelas razões e apontamentos exaustivamente explicitados ao longo deste ensaio.

Retomamos ao conceito da memória e, falamos em uníssono com Araújo, comungando da mesma opinião de que é

mais do que remoer as lembranças de um passado de múltiplas emoções e significações, o narrador-protagonista visa a abordar e a desvelar [não somente] um universo maior, individual, mas também coletivo: de sujeitos moldados por uma cultura [de opressão, autoritarismo, censura e liberdade cerceada] e um regime [político ditatorial] (ARAÚJO, 2011, p. 119).

Nessa perspectiva, Araújo assevera sobre a relevância da memória como um conceito primordial para compreender, interpretar e analisar os diferentes significados da realidade tanto do presente, como para orientar o futuro. Assim, em sua opinião,

Rememorar, então implica desvelar realidades que afligem não apenas aqueles que se encontram inseridos no tempo rememorado, mas também e principalmente, implica ressignificar o presente e orientar o futuro. E esse propósito [*Tropical sol da liberdade*] mostra-se apto a cumprir” (ARAÚJO, 2011, p. 119).

Na opinião da autora, o narrador que a obra *Tropical sol da liberdade* “nos apresenta é uma [jornalista] que não apenas testemunhou os horrores e contradições da [ditadura militar no Brasil] como um mero espectador, mas efetivamente esteve naquele cenário [de opressão, autoritarismo] e protagonizou no elenco daquele espetáculo de horrores” (ARAÚJO, 2011, p. 120).

Nesse sentido, a narradora é onisciente, ou seja, narra e, ao mesmo tempo, é participante da narração. Na obra em tela, é nomeada de Lena, uma narradora testemunha desse tempo, e, por extensão, narradora dos efeitos do regime militar, que marcaram, para sempre, sua vida. “Contudo, mesmo tendo testemunhando a [ditadura], o narrador de [*Tropical sol da liberdade*] se serve, na narrativa, das representações, do imaginário social” (ARAÚJO, 2011, p. 120), pois o regime militar repercutiu e afetou todos os âmbitos da sociedade.

Araújo, ao explicar a relação da ficção pós-moderna e o passado, afirma que, “Na própria ficção pós-moderna, reescrever ou reapresentar o passado ficcional ou historicamente significa descortiná-lo ao presente, impossibilitando que este passado se

finde” (ARAÚJO, 2011, p. 124). Contudo, na concepção de Linda Hutcheon, “Tanto a ficção quanto a história são sistemas culturais de signos, construções ideológicas cuja ideologia inclui sua aparência de autônomas e autossuficientes” (HUTCHEON, 1991, p. 149). Araújo assevera que

A relação da historiografia com a ficção [ainda] suscita discussões acerca de questões de ordem variada como [por exemplo]: a natureza da identidade e da subjetividade, a referência e a representação, a natureza intertextual do passado, bem como as implicações ideológicas decorrentes da escrita sobre a história, embora muitos ainda vejam na narrativa, o único aspecto que abarca todas essas questões. Daí percebe-se as estritas relações entre história, memória e ficção, bem como as similaridades dos elementos que as envolvem e das discussões que essas relações suscitam (ARAÚJO, 2011, p. 124).

Considerando as assertivas de Araújo (2011, p. 124), nota-se que a tríade da história, memória e ficção configura relações que ainda carecem e demandam mais discussões em diversos aspectos elencados pela autora.

“A narrativa de [*Tropical sol da liberdade*] constitui uma alternativa para reescrever o passado sob um novo contexto, afinal, para os pós-modernos, só conhecemos o passado por intermédio de seus vestígios textualizados” (ARAÚJO, 2011, p. 124). Desse modo, na perspectiva de Jacques Le Goff, citado por Araújo “os fatos se perdem quando não registrados” (ARAÚJO, 2011, p. 124). Conforme esclarece Araújo (2011, p. 124-125),

Num paralelo com a narrativa ficcional de [Ana Maria Machado], pode-se dizer que tanto [a personagem Lena, jornalista], quanto [a escritora Ana Maria Machado, que ambas] encontraram na história, na memória e na ficção, formas de registro diferenciadas de um momento histórico individual, mas, sobretudo, social, coletivo”. (ARAÚJO, 2011, p. 125).

A autora assevera que, nesse sentido, “Essa narrativa fictícia acaba funcionando como esclarecedora da história. De fato, pode se considerar a matéria narrativa de [*Tropical sol da liberdade*] como uma herança do passado que perpetua recordações das sociedades históricas” (ARAÚJO, 2011, p. 125).

A autora e nós comungamos da mesma interpretação e análise de que “Se [*Tropical sol da liberdade*] é ficção, criação, invenção, a história e a memória também o são, pois selecionam fatos, fontes, construindo significações” (ARAÚJO, 2011, p. 125). Entretanto, Araújo (2011, p.125) nos adverte que mesmo “as definições também são

alvos de contestações pós-modernas — o tipo de narrativa de [*Tropical sol da liberdade*], convém lembrar que”

Memória, História e ficção enovelam-se, provando como no fim de século post-modernista a unidade do sujeito literário, do narrador e da personagem progridem no sentido da construção de uma identidade discursiva que por meio da palavra atinja um equilíbrio novo. Assim, a memória, enquanto possibilidade de discurso organizado, posicionar-se-á quase como vértice supra-real e supra-ficcional que legitima a metaficção historiográfica (BERNARDES, 2008, p. 2).

Comungamos com a mesma análise de Araújo (2011, p. 125), quando assevera que [*Tropical sol da liberdade*] “mostra que o passado sempre será alvo de uma interpretação. E, como diz Le Goff, para interpretarmos e conhecermos o passado precisamos de uma leitura contemporânea, renovada”. Nós compreendemos que

[Desse modo,] reescrever ou rerepresentar o passado, ficcional ou historicamente como o fez [Ana Maria Machado] nessa obra significa descortiná-lo ao presente, impossibilitando que este passado se finde, sem, contudo perder de vista que tanto a ficção quanto a história são construções ideológicas (ARAÚJO, 2011, p. 125-126).

Nas aferições de Araújo a representação do passado a partir da história como também da ficção contribuem e possibilitam que este passado não se finde, não seja esquecido, ao contrário, pois é a partir das construções ficcionais e históricas que o passado torna-se conhecido e este conhecimento é perpetuado, ou seja, continua a existir, é registrado, uma vez que, a reescrita e a releitura são realizadas por meio da memória que é fundamental na construção e reconstrução deste passado para que se torne divulgado, conhecido por gerações posteriores aos fatos acontecidos, e dessa maneira possam refletir, analisar e até mesmo, avaliar as condições em que estes fatos ocorreram ou que os motivaram.

Em *Tropical sol da liberdade* evidenciamos que a autora em sua produção literária compôs a obra pela história, memória e ficção, ao narrar as experiências que viveu durante o regime militar e os efeitos deste período em sua vida. Dessa maneira, a obra em tela parte de um evento histórico que é narrado pela personagem Lena. É uma obra de grande envergadura e contribuição para que o passado da recente história brasileira não se finde e nem se torne esquecido, mas que continue a ser divulgado e conhecido por inúmeros leitores.

CAPÍTULO V

DIÁSPORA, TRAVESSIA E DOR NA SAGA DO EXILADO

Podemos estender o conceito e as tramas históricas e ficcionais relativas ao exílio como interligadas ao conceito de diáspora. Um estudioso que tematiza o conceito de diáspora é Bezerra (2014). Ele esclarece inicialmente sobre os aspectos inerentes ao conceito de diáspora, afirmando que

Um dos precursores da teoria sobre a diáspora, Edward Said (2003) descreve tal fenômeno como expulsão coletiva ou individual, ocasionada por guerras ou outro tipo de perseguição ideológica, seja ela filosófica, religiosa ou ambas (no caso do fundamentalismo) (BEZERRA, 2014, p. 12).

Nas palavras de Bezerra a diáspora é o fenômeno que trata da expulsão coletiva ou individual de indivíduos por razões de guerras, conflitos, perseguições ideológicas de religião, políticas e filosóficas. A diáspora e o exílio, para o autor, são comparados a uma fratura causada pelo rompimento com o lar, pois

Ao retratar a diáspora, Said fala de uma dor insuperável, ocasionada com a ruptura com o lar (*Heimat*), além de retratar a tradição de um povo preso a uma terra ou nacionalidade específica. [...] O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada (SAID, 2003, p. 46).

Bezerra explica que, na opinião de Said, a diáspora é comparada a uma dor incurável, pois há um rompimento com o lar, com a família, com toda a sua vida social, cultural, profissional, e de repente, o indivíduo sozinho ou coletivamente se vê mergulhado, distante de todos esses laços culturais que já estava habitualmente acostumado, sente-se perdido em meio ao país estrangeiro, para onde foi exilar-se. Assim, a diáspora e, por extensão, o exílio provocam esse sentimento de fratura, de quebra com seus ancestrais, com sua terra natal.

Na obra evidenciamos esses aspectos, quando Lena, já exilada em Paris, escreve as cartas para sua família no Brasil e fala da saudade, das dificuldades de instalação no país estrangeiro, além do alívio que sente de estar longe das torturas e perseguições. “*Paris, 7.3.70 Mamãe querida, está indo bem, apesar da trabalhadeira inicial e do frio que não passa, [...]. As saudades são imensas, mas o alívio também.*” (MACHADO,

2012, p. 218-219). Neste trecho de uma carta, Lena já não suportando tanta saudade suplica a seus familiares que eles escrevam, dê notícias. “*Paris, 5.5.70 Queridos pais, [...] Escrevam sempre, muito, logo, peçam a todo mundo para escrever também. A saudade é enorme e a falta de notícias preocupa, [...]*” (MACHADO, 2012, p. 219-220). As cartas é o meio pelo qual Lena mantém contato com os familiares que deixou em sua terra natal e expressa os sentimentos de imensas saudades que tem dos familiares, as cartas são como uma forma de amenizar os sofrimentos.

Segundo o autor, “Said compara a dor do expatriado a um mal irrecuperável, destacando a nostalgia, a melancolia, ao apresentar a diáspora como perda irreparável” BEZERRA (2014, p. 13). Para Bezerra (2014, p.13) “De modo geral, o teórico culturalista não enfoca o deslocamento geográfico *per se*, mas as transformações anteriores que o sujeito atravessa em circunstâncias aterrorizantes e extremadas”. “Por isso, horror, terror e pavor constituem o cerne da experiência diáspórica” (BEZERRA, 2014, p. 13).

Esse cerne que constitui a diáspora, essa ruptura forçada ou não do indivíduo com sua terra natal são, também, características ligadas à ditadura militar, ao horror, ao terror e ao pavor, pois são situações de sofrimentos que acompanharam os indivíduos que lutaram contra as repressões impostas pela ditadura e que, por isso, foram exilados.

A diáspora está além do deslocamento geográfico, ela está exposta no interior, na subjetividade do indivíduo e, desse modo, interfere na construção de sua identidade, pois é afetada bruscamente, causando consequências e perdas, quiçá, irreparáveis nesse indivíduo.

Thomas Bonnici (2005) destaca a nostalgia da tradição perpetuada por grupos expatriados em novos territórios: *Diáspora* (do grego *diasporein*: semear) significa dispersão de pessoas. (...) A diáspora constitui um coletivo de um povo que voluntária ou involuntariamente foi banido de sua terra e, vivendo num lugar estranho, sente-se desenraizado de sua cultura e de seu lar (BEZERRA, 2014, p. 13-14).

Nesse sentido, a diáspora carrega o sentimento de trauma nos indivíduos que foram expulsos de seus países.

Bezerra (2014, p. 15) menciona o autor e crítico Stuart Hall (1998), quando afirma que “Já o culturalista Stuart Hall contextualiza a diáspora no período posterior à Segunda Grande Guerra, associado à migração maciça de ex-colonos anglófonos à queda do imperialismo britânico”. Hall, então, parte, em suas discussões, do conceito de

diáspora a partir da Segunda Guerra e, especificamente, dos conflitos em torno do imperialismo britânico. De acordo com Bezerra (2014, p. 15),

Já em “Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra exterior” (2003), “Hall volta-se particularmente para os caribenhos, retratando sua migração, a marginalização e contribuição deles para o desenvolvimento cultural de países do Primeiro Mundo, sobretudo para o Reino Unido” (BEZERRA, 2014, p. 15).

No ponto de vista de Bezerra, Hall apresenta uma abordagem diferente da perspectiva de Said, considerando sua afirmação de que “Hall mostra-se parcialmente resistente à visão de Said sobre a diáspora, pois, valorizando a interação do sujeito com novas culturas, insinua que a abordagem elegíaca se coaduna com a noção fundamentalista, prendendo-se e se restringindo[-se]” (BEZERRA, 2014, p. 15).

Na perspectiva de Hall, o indivíduo que foi exilado e instalado em país estrangeiro em contato com outras culturas, línguas, pessoas, religião etc., encontra nesses novos insumos culturais ingredientes que adiciona à sua identidade cultural; são, portanto, elementos enriquecedores e ampliadores à identidade cultural do exilado.

Sobre esse aspecto positivo da diáspora, Hall afiança, por meio de um exemplo concreto, quando cita a contribuição dos caribenhos para o crescimento do Reino Unido, entretanto, nem sempre essa contribuição é valorizada por esses países que recebem exilados, mas em muitos casos, fazem dos exilados uma massa de mão-de-obra menos valorizados do que os pertencentes a seu país.

Na interpretação de Bezerra, Hall faz uma crítica ao que é definido por tradição, ao tratar de uma concepção inflexível da diáspora, que é considerada somente quando ligada a partir de um passado que se perpetua no futuro e no presente sem interrupções, sem se desligar de suas origens, de suas raízes. Para Hall a tradição é comparada ao cordão umbilical, que não pode ser cortado, mas tem que ser mantido e ligado às tradições.

uma concepção fechada de ‘tribo’, diáspora, pátria. Pátria uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de tradição, cujo teste é de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’. (Hall, 2003, p. 29), (BEZERRA, 2014, p. 15).

Essa concepção de que o indivíduo exilado precisa manter-se ligado o tempo todo de sua vida às tradições culturais de suas origens fundamentadas num passado que

rege o futuro e o presente, é possível, em partes, pois uma vez inseridos no meio social, cultural, político etc., os indivíduos sempre estão rodeados de alterações, sejam essas de natureza tecnológica, científica, filosófica etc. Alterações das quais não podemos fugir, nem podemos fingir que não estão à nossa volta. É claro que cada indivíduo tem liberdade para resistir quanto à adesão ou não a tais tradições e culturas. O que inferimos é que tais mudanças interferem nas tradições culturais, sociais etc. e não podemos negar que essas influências, conseqüentemente, interferem na formação da identidade dos indivíduos. Bezerra defende que

Na verdade o cenário caótico pintado por Said não é o que está em xeque, e sim as implicações interpretativas subjacentes à impossibilidade de um convívio mais ameno com o trauma, com o passar do tempo. Diferenciando-se de Said, Hall sutilmente critica o fato de certas sociedades criarem mitos sobre sua autossuperioridade cultural, fechando-se em seu próprio entorno. Afinal, quando o tradicionalista abandona o microcosmo original ou sofre com a ruptura de paradigmas originais, ele tende a desestabilizar-se, enfrentando problemas de ordem emocional. Conforme afirma Hall, o mito de que o retorno à terra natal “cura toda ruptura, repara cada fenda” (2003:29) é tão forte em alguns expatriados que eles preferem viver circunscritos. A condição identitária descrita por Said, entregando-se à amargura e lamento perenes. (BEZERRA 2014, p. 15).

Sobre Said, Bezerra opina que ele ressalta mais sobre o cenário problemático da questão da diáspora, em que as implicações se pautam nas impossibilidades de um convívio, de um relacionamento de forma mais amena, com o trauma desse rompimento com o lar ao longo dos tempos, sem considerar a possibilidade de superação. Diante dessa aferição, Hall levanta uma crítica ao modo como certas sociedades buscam soluções para essa situação. Solução essa que está pautada na criação de mitos, e estes mitos podem demonstrar a autossuperioridade cultural, diante das demais tradições culturais ali existentes. O mais crítico nesse ponto é o fato de essa autossuperioridade ser fechada em si mesma, ou seja, não oferecer abertura para adição de outras tradições culturais, mas leva em conta somente as tradições culturais locais.

Em *Tropical sol da liberdade*, Lena encontra, no exílio, um casal de amigos de quem ela gostava muito. Estes estavam exilados na Itália. “Gostava tanto de Maria e Antônio, amigos raros e verdadeiros, [...]” (MACHADO, 2012, p. 28). A personagem narra como foi o encontro com os amigos exilados.

— Que bom a gente te trazer aqui, Lena! Não tem nada a ver com turismo, esses esquemas... O lugar não está em nenhum guia da Itália,

não aconteceu nada de importante por aqui, não tem uma obra de arte, nada. É só uma casinha gostosa que alugamos, como eu estava te contado ontem. Você vai gostar. A aldeia é graciosa. Uma coisa simples e que faz bem. Como as visitas dos amigos por aqui. Cada vez que você vem, a gente sente que não interrompeu nada, mesmo sem ficar se escrevendo. (MACHADO, 2012, p. 27).

No diálogo dos personagens Lena, Maria e Antônio é notável que este encontro é marcado pelo sentimento de saudade, do Brasil — país de origem — da cultura brasileira, da identificação. Mesmo no país estrangeiro se identificam, pois são da mesma origem e conseguem, então, amenizar um pouco a dor de estar longe de sua terra natal, neste encontro de amigos exilados. No trecho a seguir, evidenciamos estes aspectos que seguem a sequência do diálogo entre os personagens.

— Cada vez que você vem — acrescentou Antônio — é um pouco do Brasil que vem também. Do Brasil melhor, é claro... Tem outro que a gente não faz questão nenhuma que venha. Mas acaba sendo o que mais vem. Fazer compras na Gucci e sentar nos cafés da Via Veneto. Lena, que via pensando em saudades, fez a pergunta que tanto a intrigava: — Como é que vocês aguentam ficar tanto tempo fora? Não pensam em voltar? Exílio, por exílio, mesmo sendo voluntário e atípico, esse de vocês já está comprido demais... (MACHADO, 2012, p. 27).

Lena pretendia voltar para o Brasil, entretanto, ela questiona o casal de amigos se pretendem ou não retornar a terra natal, nesse diálogo a resposta que os personagens lhe dão é que depois de tantos anos morando no exterior, já estão estabilizados e parecem que não pretendiam mais voltar.

Maria ainda mostrou um leve tom nostálgico na resposta:

— Sei lá, quando meus pais eram vivos, eu ainda pensava em voltar... Mas hoje... Pra quê? Ainda está bom... as pessoas são mais respeitadas... E agora os filhos casaram, a gente tem os netos por aqui também. As pessoas que eu mais amo estão aqui (MACHADO, 2012, p. 27).

Neste diálogo entre os personagens está o embate entre as culturas do Brasil, da terra natal, com o país estrangeiro; o casal de amigos de Lena não pretendia mais voltar para a terra dos ancestrais, pois parece que já conseguiram estabilizar-se e os que mais amavam estavam junto deles. Esta perspectiva de Maria e Antônio é diferente de Lena que sonhava com o retorno a terra de origem. Dessa maneira, os personagens Maria e Antônio representam os brasileiros que conseguiram superar a dor do exílio e aderiram à cultura estrangeira como complementação de sua identidade.

Ilustramos essas postulações com a seguinte afirmação de Bezerra. Para ele,

na visão de Bhabha, enclausurar-se psicologicamente em um lar inatingível, conforme explica Said, não parece ser uma postura estratégica, pois, deste modo, o viajante reduz sua existência a lamúrias incessantes, não se permitindo transcender a condição de errante, deprimido, cabisbaixo, debilitado, como alguém que sonha com o espaço uterino sem poder para lá retornar (BEZERRA, 2014, p. 16).

Na opinião de Bhabha (2010), o momento presente da diáspora não constitui um espaço tranquilo, confortável, uma vez que, mesmo nessas condições, a identidade do sujeito também se mostra em desarmonia, instável, de modo a fazer o sujeito se fechar e se prender aos traumas e dores e, conseqüentemente, ao se apegar, exageradamente, ao passado, pode se privar de interagir com outras culturas diferentes. A discussão do processo de formação da identidade do sujeito é ampla e complexa. Para Bezerra, “Entretanto, a projeção do sujeito no mundo, suas escolhas, aptidões, afinidades, convicções; tudo isso o leva a expressar sua identidade que, semelhante a uma vitrine, permite lhe externar o que a subjetividade pretende espelhar no corpo” (BEZERRA, 2014, p. 18).

Ele defende que “a identidade é composta por um somatório de elementos nem sempre encontrados no *self*, mas incorporados (de fora para dentro) através da cultura” (BEZERRA, 201, p. 18). Dito isso esclarece que “entende-se por identidade cultural a soma de componentes, como gênero, sexualidade, etnia, classe, nacionalidade etc.; ingredientes adquiridos, ou a partir do convívio social ou externados mediante o exercício do livre-arbítrio” (BEZERRA, 2014, p. 18).

Nas palavras de Bezerra são vários componentes que contribuem para o processo de formação da identidade cultural esses componentes englobam gênero, sexo, classe social, nacionalidade etc., componentes que são adquiridos a partir das relações ou das interações sociais.

Bezerra (2014, p. 18) conclui “que o sujeito, excessivamente apegado a antigos hábitos e rituais, obviamente impede que a identidade mantenha sua versatilidade, sua capacidade transformativa e adaptativa nos espaços que atravessa” (BEZERRA, 2014, p. 18). Então, o indivíduo que não se adere à versatilidade, da capacidade de interação que a identidade oferece, pode ter mais dificuldade para se adaptar às novas e diferentes transformações que os contextos lhe oferecem.

Na memória dos entes que participaram da diáspora, existem duas realidades: o antes do exilado ser obrigado a deixar o país de origem e o depois, já residindo no país estrangeiro. É justamente nessa busca por sua sobrevivência e dignidade que a personalidade se depara com a construção natural e acidental de outra identidade. Aliás, a vida em terras alheias, quando vista sob a ótica de seus aspectos inerentes e suas qualidades mais fundamentais, é o ato mais marcante e presente na vida de cada pessoa. Afinal, do nascimento à morte, traçamos uma travessia que se caracteriza pela fuga permanente de um estado que incomoda para outro que acreditamos ser melhor. Nessa perspectiva somos eternos exilados. Se somos exilados porque estamos o tempo todo atravessando de um estado a outro, a identidade acompanha essa jornada, construindo-se e desconstruindo-se permanentemente. É por isso que, quando falamos em mudanças na identidade, usamos, no contexto desta pesquisa, a expressão (des)(re)construção.

O exílio, no entanto, não contém apenas aspectos negativos, há, considerando o grau de criatividade dos sujeitos a possibilidade de transformá-lo em momento de otimização da vida profissional. No romance *Tropical sol da liberdade*, por exemplo, Lena narra situações de brasileiros que foram exilados durante o governo militar, mas que conseguiram ser valorizados na profissão e estabilizaram-se profissionalmente, como ocorre à personagem Adalberto.

Outros profissionais bem-sucedidos bem que tentaram voltar. Lena lembrou de Adalberto, por exemplo. Era cientista, tinha sido médico conceituado e professor universitário no Brasil, pesquisador fecundo e pioneiro, mas esbarrou nos limites mesquinhos que o tolhiam. Foi cassado, aposentado, perseguido. Mudou-se para a França com seu talento. Lá lhe deram uma equipe – da qual faziam parte outros cientistas exilados – e condições de trabalho mais estimulantes. Quase vinte anos de dedicação e suas pesquisas lhe trouxeram prêmios, reconhecimento internacional, respeito de todo o mundo (MACHADO, 2012, p. 188).

Entretanto, mesmo estabilizado profissionalmente Adalberto não esquece de sua terra natal. “Mas o brasileiro queimava, consumia Adalberto por dentro, ele queria oferecer à sua gente e ao seu país os resultados de seu esforço, dividir com seu povo os frutos que ia colher após lavoura tão trabalhosa” (MACHADO, 2012, p. 188).

Quando encontrou oportunidade Adalberto voltou para compartilhar as conquistas com sua gente, Lena dá sequência à narração. “Assim que houve uma certa abertura e um mínimo aceno para que voltasse, o fogaréu se levantou em labaredas” (MACHADO, 2012, p. 188). Adalberto ficou animado para retornar ao Brasil. Então,

Lena narra que ele, “negociou as condições necessária para desenvolver seu trabalho, contentando-se como o mínimo indispensável, abandonando qualquer possibilidade mais sofisticada, pedindo apenas o apoio mais elementar” (MACHADO, 2012, p. 188). Com as garantias mínimas possíveis já negociadas, Adalberto segue o retorno de viagem para o Brasil. “Com todas as garantias, desfez uma vida construída lá fora e embarcou de volta” (MACHADO, 2012, p. 188).

Entretanto, Adalberto “Descobriu que os limites mesquinhos continuavam os mesmos, acrescidos de mais burocracia, ressentimentos com sua fama, hostilidade” (MACHADO, 2012, p. 188). Na visão de Lena, Adalberto ficou decepcionado ao ver que ainda continuava a existir a mesma mesquinhez de antes, e decide voltar para Paris. “Com bom humor, depois de fazer as malas de novo e voltar para Paris, ele comentara com Lena, num rápido encontro num café, que mal dera para matar as saudades” (MACHADO, 2012, p. 188).

Em *Tropical sol da liberdade*, observamos que a personagem Lena narra sua saga não só pelo exílio, mas também pela diáspora, pois é obrigada a viver em terras alheias, é exilada na França, por razões do contexto político da ditadura, dessa maneira, ao residir no país estrangeiro, há o rompimento com o lar, com a família, com a vida social, cultural que ela vivia na terra de origem (no caso em tela, o Brasil). Assim, a diáspora, provoca uma ruptura forçada e conseqüentemente, causa fraturas e traumas, pois, exilada, a personagem vive distante de seus ancestrais e da terra natal, imergida em outra cultura, sente saudades de seus familiares, do Brasil, sente medo, angústia, ansiedade, enfrenta inúmeras dificuldades de instalação no país estrangeiro, estes emblemas estão narrados nas cartas que ela escreve para seus familiares aqui no Brasil, aliás, as cartas foi um dos meios que restou a personagem Lena para manter contato com os ancestrais. Não somente a personagem Lena viveu a diáspora, o exílio, mas muitos brasileiros passaram por esta experiência, e que, na obra em tela estão representados por meio de vários outros personagens que Lena narra a saga destes seus amigos que passaram a mesma experiência que ela. Ou seja, na narração da saga de Lena está incluída, também, a saga de muitos brasileiros.

CAPÍTULO VI

À GUIA DE CONCLUSÃO: A HISTÓRIA QUE SE FAZ FICÇÃO EM *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Como já ficou claro em formulações alhures, o propósito desta pesquisa é esclarecer a inserção da História na Ficção, sendo esta corporificada na obra *Tropical sol da liberdade*, uma obra que relata a experiência com a expatriação, reconhece o mundo com seu perfil opressor como referência.

O fato histórico empregado como modelo para a discussão corporifica-se na ditadura militar brasileira instalada em 1964. O elemento que serve de esteio para sustentar a hipótese levantada é o exílio e sua relação com a identidade.

Diante das aflições e conflitos da ditadura, as personalidades que se posicionaram contra o regime foram obrigadas a seguir os mesmos passos do presidente deposto, exilando-se em outros países. Dentre essas personalidades, está Ana Maria Machado que, após enfrentar a vida longe de sua pátria, expõe essa experiência particular na obra *Tropical sol da liberdade*. Assim, podemos entender que a memória é o efeito de uma experiência particular vivida pela autora e inserida na obra literária.

Um evento histórico tem duas dimensões quando se considera seus efeitos sobre os indivíduos. Uma dessas dimensões é coletiva e, no caso da ditadura, é o modo como todas as pessoas a receberam. A outra diz respeito aos efeitos da ditadura sobre cada indivíduo em particular. Quando se trata dos eventos de 1964, seu efeito individual mais contundente foi quando os brasileiros foram obrigados a deixar o Brasil. Esses brasileiros transformaram esse episódio em memória e, como tal migrou para a literatura onde se tornou ficção.

O que interessa aqui é o efeito da ditadura sobre a personalidade de Ana Maria Machado, que se distribui e se desdobra em uma dezena de personagens que a representam no âmbito da linguagem. Sendo assim, Machado é vista nessa obra como figura que se tipifica na personagem Lena que assumiu seu drama pessoal e como personagem narradora relatou a saga de todos que enfrentaram o desconhecido em busca de dignidade e sobrevivência. Os que ficaram tiveram que enfrentar as prisões e as torturas físicas e morais. É por isso que nos atrevemos a dizer que estamos atuando no âmbito da literatura em sua interface com a história.

Em *Tropical sol da liberdade*, a personagem Lena, ao deixar o Brasil, exilou-se em Paris e lá assimilou os estigmas de nova identidade, cujos sinais estão demarcados

em seu novo modo de viver e transcritos nas inúmeras cartas em que contou seu drama e dos demais brasileiros que foram exilados. Nas cartas, Lena rememora suas lembranças e as marcas desses tempos difíceis que enfrentou. A personagem central ocupa esse *status* justamente porque é ela, Lena, que testemunha os fatos nas cartas. É neste ponto de intermeio do exilado em contato com o outro país que se dá o processo de construção de nova identidade do exilado a partir do processo que denominamos neste estudo de (des)construção e (re)construção identitária permanente.

Enfim, surge no horizonte do exilado uma nova cultura que se aproxima da ou se antagoniza com a experiência daquela que ficou para trás. A vida em terras alheias é, portanto, o traço de união entre duas partes: de um lado, a ditadura, do outro, a identidade que se constrói a partir daquela e, no meio, a engrenagem empregada nessa construção, isto é, a vida longe de sua pátria. É por isso que o exílio e a vida como um todo do exilado é relatada e seus dramas aparecem em toda sua nudez. Enfim, para que a experiência da vida longe da pátria possa se tornar ato ficcional, o autor precisa acionar sua sensibilidade, pois está lidando com um tema que é humano em sua essência e em sua imanência. Assim, *Tropical sol da Liberdade* proporcionou a apreensão do conceito de identidade como processo em desconstrução e reconstrução a partir do exílio, que foi determinante para a construção do processo identitário do sujeito exilado, pois abriu caminho para os personagens se colocarem em contextos culturalmente diferentes.

Em *Tropical sol da liberdade*, concluímos que a ditadura é um evento coletivo, pois atinge toda a sociedade, enquanto a vida longe da pátria é um evento particular, por meio do qual o regime ditatorial se torna memória nas lembranças do sujeito exilado. E é dessa forma, isto é, transformada em memória, — como experiência subjetiva, — que se torna ficção. Assim, Ana Maria Machado, na obra em tela, trouxe para o âmbito da prosa de ficção um fato histórico, recuperado por meio da memória.

REFERÊNCIAS

CORPUS LITERÁRIO:

MACHADO, Ana Maria. **Tropical Sol da Liberdade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

OBRAS DE APOIO HISTÓRICO-CRÍTICO

ARAÚJO, Tatiane Santos de. Os Cus de Judas: Diálogos entre História, Memória e Ficção. In: PINHO, Adeílto Manoel, ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro, NOGUEIRA, Juliana Gomes. (orgs.). **Literatura, História e Memória: leituras de Jacques Le Goff**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERNARDES, Joana Duarte. **História e Memória na ficção post-modernista portuguesa**: Os cus de Judas e As naus de António Lobo Antunes. In.: Labirintos: revista eletrônica do grupo de estudos portugueses da Universidade Estadual de Feira de Santana, nº4, 2º semestre de 2008, p. 1-28. Disponível em: http://www.uefs.br/nep/labirintos/edições/02_artigo_joana_duarte_bernardes.pdf Acesso em: 12 de abr. de 2009.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BONNICI, Thomas. Diáspora. In: _____. **Conceitos chaves da teoria pós-colonial**. Maringá, PR: Universidade Federal de Maringá, 2005. p. 23.

BONFIM, Manuel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Coleção Intérpretes do Brasil. v. I).

BEZERRA, Heleno Álvares Júnior. Para Além do Trauma Intransponível: Novas reflexões sobre a Diáspora em Ficção Contemporânea. In: **Diásporas e deslocamentos: travessias críticas**. OLIVEIRA, Paulo César, CARREIRA, Shirley de Souza Gomes (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

BRANCO, Lucia Castello. **A traição de Penélope**. São Paulo: Annablume, 1994.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectivas, 2007 (Coleção debates).

CARDOSO, João Batista. **A Inserção da História na Ficção Latino-Americana**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas (Coautor). **1964 = golpe ou contragolpe?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Denise Rollemberg. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DREIFUSS, René Armand. **1964 = a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, (A).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, (B).

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (Ed.). **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage/The Open University, 1997.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “O Passatempo do Tempo Passado”. In: **Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção**. Trad.: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago editora, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et al] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **O Foco narrativo: ou a polemica em torno da ilusão**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1985.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PINHO, Adeílato Manoel. História, Memória e Literatura: Lições de Jacques Le Goff. In: PINHO, Adeílato Manoel et al. (Org.). **História, Memória e Literatura: Lições de Jacques Le Goff**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011, p. 24-34.

PIRES, Yolanda Avena. **Exílio: Testemunho de vida**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

POLAR, Antonio Cornejo. **O condor voa: literatura e cultura latino-americanas**. Trad. de Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. Trad. de Angela Bergamini et al. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009, (A).

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009, (B).

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo e Tancredo, 1964-1985. Trad. de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

TEZZA, Cristovão. **O espírito da prosa**: uma autobiografia literária. Record, Rio de Janeiro: 2012.

ZINANE, Cecil Jeanine Albert. **História da literatura**: questões contemporâneas. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: **Teoria literária**. Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas. BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (org.). 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.